



INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
***CAMPUS* BLUMENAU**
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

KARIN TYEKO ANAMI

CENÁRIOS E BASTIDORES DA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO INSTITUTO
FEDERAL CATARINENSE

Blumenau

2021

KARIN TYEKO ANAMI

**CENÁRIOS E BASTIDORES DA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO INSTITUTO
FEDERAL CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Blumenau do Instituto Federal Catarinense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Dr^a. Fatima Peres Zago De Oliveira

Blumenau-SC

Agosto-2021

A533c

Anami, Karin Tyeko.

Cenários e bastidores da implantação do Proeja no Instituto Federal Catarinense / Karin Tyeko Anami – Blumenau, 2021.

78 p.: il., color.

Artigo (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal Catarinense, Blumenau, 2021.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fátima Peres Zago de Oliveira

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Proeja. 3. Inclusão. 4. Permanência. I. Oliveira, Fátima Peres Zago de. II. Instituto Federal Catarinense. III. Título.

CDD 534

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Shyrlei K. Jagielski Benkendorf – CRB 14/662



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 20588/2021 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.001987/2021-51

Blumenau-SC, 01 de outubro de 2021.

KARIN TYECO ANAMI

**CENÁRIOS E BASTIDORES DA IMPLANTAÇÃO DO PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 01 de outubro de 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Drª Fátima Perez Zago de Oliveira

Instituto Federal Catarinense

Orientador

Prof. Dr. Davi Silva da Costa

Instituto Federal Baiano

Prof. Drª. Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Instituto Federal Catarinense

(Assinado digitalmente em 04/10/2021 13:48)

FATIMA PERES ZAGO DE OLIVEIRA

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROPI/REIT (11.01.18.00.29)

Matricula: 1102088

(Assinado digitalmente em 05/10/2021 08:37)

JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PRODIN/REI (11.01.18.74)

Matricula: 1811291



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 20589/2021 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.001988/2021-04

Blumenau-SC, 01 de outubro de 2021.

KARIN TYECO ANAMI

**HQ - HISTÓRIA EM QUADRINHOS : DOS CENÁRIOS AOS BASTIDORES DA EJA-EPT:
UMA HISTÓRIA DE RESILIÊNCIAS, (RE)COMEÇOS E RESSIGNIFICAÇÕES**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 01 de outubro de 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr^a Fátima Perez Zago de Oliveira

Instituto Federal Catarinense

Orientadora

Davi Silva da Costa

Prof. Dr. Davi Silva da Costa

Instituto Federal Baiano

Prof. Dr^a. Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Instituto Federal Catarinense

(Assinado digitalmente em 04/10/2021 13:48)

FATIMA PERES ZAGO DE OLIVEIRA

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROPIREIT (11.01.18.00.29)

Matricula: 1102088

(Assinado digitalmente em 05/10/2021 08:37)

JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PRODINREI (11.01.18.74)

Matricula: 1811291

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido cúmplice, Rodrigo Reigoza, amigo, confidente e parceiro de caminhada, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença.

Aos meus filhos amados Kainan Akio, Sofia Akemi e Enzo Kiyoshi, pela compreensão nos momentos de minha ausência. Meu amor por vocês é infinito.

A minha orientadora, querida sensei, pelo apoio incondicional em todos os momentos em que necessitei. Saudades dos encontros presenciais, dos sorrisos e abraços. Eterna gratidão!

A minha mãe Elfrida, mãe que admiro, ao meu irmão, irmãs, sobrinha e sobrinhos pelo incentivo na busca dos sonhos e o carinho de uma vida inteira.

Aos professores e professoras do programa de pós-graduação ProfEPT, pelos inúmeros aprendizados.

A Hanna, cão guia em treinamento, que permaneceu ao meu lado em todos os momentos da escrita desta pesquisa. Amo ser sua acolhedora.

Aos meus amigos e amigas do mestrado, pela amizade sincera em todas as ocasiões. Gratidão!

Movo-me na esperança enquanto luto e,
se luto com esperança, espero.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa, intitulada “Cenários e bastidores da implantação do Proeja no Instituto Federal Catarinense”, foi desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), tendo por objetivo compreender e analisar os motivos que levaram o IFC, a partir do estudo de três *campi* (de Rio do Sul, Santa Rosa do Sul e Camboriú), a não atingir os índices preconizados pelo Decreto 5.840/2006. Integra a linha de pesquisa “Práticas educativas em educação profissional e tecnológica”, dentro do macroprojeto “Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na educação profissional e tecnológica”. O termo “cenários” condiz com a atual oferta do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de jovens e adultos (Proeja) integrada à educação profissional e tecnológica (EJA-EPT) no IFC, incluindo sua divulgação, o contato com o público-alvo e o (des)cumprimento ao supracitado Decreto. Já “bastidores” fazem alusão à implantação do curso na modalidade de jovens e adultos, compreendendo neste contexto a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), as tratativas, a definição, a criação do curso, como também a inclusão e a permanência dos estudantes no Proeja (EJA-EPT). A metodologia utilizada nesta pesquisa foi qualitativa, de cunho exploratório e empírico, com entrevistas semiestruturadas com gestores, docentes e egressos do Proeja, em três *campi* do Instituto Federal Catarinense (IFC), sendo os de Camboriú, Rio do Sul e Santa Rosa do Sul. Para a análise dos dados, optamos por uma aproximação da análise textual discursiva (ATD), fazendo uso de categorias. Os resultados demonstraram a necessidade de formação para os docentes, as (in)disposições de gestores, servidores e docentes para a implantação do curso, o preconceito com o público da EJA e a divulgação não dialógica dos cursos na modalidade jovens e adultos. O produto educacional definido neste estudo foi relacionado e direcionado ao público da EJA-EPT, tendo como propósito o acolhimento, o incentivo e o esclarecimento das dúvidas frequentes referente ao curso por meio de uma História em quadrinhos (HQ) em formato digital. Seu roteiro foi inspirado em entrevistas com egressos do EJA-EPT (Proeja) dos três *campi* em estudo, e está diretamente relacionado com trajetórias de vida de trabalhadores e trabalhadoras da educação de jovens e adultos na EPT.

Palavras-Chave: Proeja; educação profissional e tecnológica (EPT); Instituto Federal Catarinense; permanência; inclusão.

ABSTRACT

This research, entitled “Scenarios and backstage of the implementation of Proeja at Instituto Federal Catarinense”, was developed in the Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (ProfEPT), aiming to understand and analyse the reasons that led the IFC not to reach the rates recommended by Decree 5.840/2006. This was carried out through the study of three campuses (Rio do Sul, Santa Rosa do Sul and Camboriú). This research integrates the research line “Educational Practices in Professional and Technological Education”, within the macro-project “Inclusion and diversity in formal and non-formal teaching spaces in Professional and Technological Education”. The term “scenarios” is consistent with the current offer of the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education, in the Youth and Adult Modality (Proeja) integrated with Professional and Technological Education (EJA-EPT) at the IFC, including its dissemination, contact with the target public and (non) compliance with the aforementioned Decree. “Backstage” alludes to the implementation of the course in the form of young people and adults, including in this context the elaboration of the Pedagogical Political Project (PPP), the negotiations, the definition, the course designing, as well as the inclusion and permanence of students in Proeja (EJA-EPT). The methodology used in this research was qualitative, exploratory and empirical, with semi-structured interviews with Proeja principals, teachers and egress students, in three campuses of the Santa Catarina Federal Institute (IFC): Camboriú, Rio do Sul and Santa Rosa do Sul. For data analysis, we chose to approach discursive textual analysis (ATD), making use of categories. Results showed the need for teacher education, the principals, staff and teachers’ (lack of) willingness for the implementation of the course, the prejudice against the EJA public and the non-dialogical dissemination of courses in the youth and adult modality. The educational product defined in this study was related and directed to the EJA-EPT public, with the purpose of welcoming, encouraging, and clarifying frequently asked questions regarding the course through a comic book in digital format. Its script was inspired by interviews with EJA-EPT (Proeja) egress students from the three campuses under study and is directly related to the life trajectories of EPT Youth and Adult Education workers.

Keywords: Proeja; professional and technological education (EPT); Instituto Federal Catarinense; student permanence; inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAC	Colégio Agrícola de Camboriú
CF	Constituição Federal
CGP	Coordenação geral de pessoas
EAFRS	Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFC	Instituto Federal Catarinense
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Mobral	Movimento brasileiro de alfabetização
PAE	Programa de assistência estudantil
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPC	Proposta Pedagógica Curricular
PPP	Projeto Político Pedagógico
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Sudesul	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
2 TRABALHO E A SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	18
4 BREVE CENÁRIO E BASTIDORES DA EJA E PROEJA NO BRASIL.....	24
5 ANÁLISE DOS DADOS: OS RESULTADOS E SUAS DISCUSSÕES	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	50
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA CAMPUS RIO DO SUL.....	67
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA CAMPUS SANTA ROSA DO SUL	68
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA CAMPUS CAMBORIÚ.....	69
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA EGRESSOS PROEJA	71
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	72
APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	76

APRESENTAÇÃO

Desde que o mundo é mundo, as histórias permeiam a vida das pessoas. Contamos histórias o tempo todo para crianças, jovens e adultos. As mães leitoras procuram incentivar seus filhos ao caminho dos livros e das narrativas. Contar uma história ou um conto envolve preencher essas narrativas com personagens e fatos, os cenários, os bastidores, a criatividade e a imaginação, a entonação da voz. E, por esse motivo, iniciaremos esta apresentação com uma narrativa por sugestão dos professores na banca de qualificação do mestrado em 2020, buscando apoio no poeta, cordelista e declamador, Bráulio Bessa Uchoa (BESSA, 2021).

Era uma vez, há muito tempo, uma menina moça que não terminou os estudos na educação básica porque precisou trabalhar. “Quando a vida bater forte e a sua alma sangrar, quando esse mundo pesado lhe ferir, lhe esmagar... É hora do recomeço. Recomece a LUTAR”. (BESSA, 2021). A menina moça cresceu e constituiu família. Permaneceu 17 anos se dedicando à educação dos filhos e aos afazeres da casa. Em meio a dificuldades financeiras, percebeu que o tempo havia passado e que não tinha experiência alguma de trabalho e tampouco carteira assinada. “Quando tudo for escuro e nada iluminar, quando tudo for incerto e você só duvidar... É hora do recomeço. Recomece a ACREDITAR” (BESSA, 2021, grifo do autor). E nesse momento decidiu que estudar era fundamental para fortalecer a base com condições de melhoria e qualidade de vida, e, dessa maneira, decidiu voltar aos estudos escolhendo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ofertada pelo estado.

Entretanto, o desânimo é um bichinho incansável e geralmente a mulher é quem fica com a dupla jornada. É necessário ter foco e persistência, e, assim, a nossa personagem seguiu estudando sozinha por meio de módulos, na forma autodidata e em horários diferentes: “Quando a estrada for longa e seu corpo fraquejar, quando não houver caminho nem um lugar pra chegar... É hora do recomeço. Recomece a CAMINHAR.” (BESSA, 2021, grifo do autor). Finalizou a educação básica por meio da EJA, estava feliz; contudo, queria e necessitava mais, e se candidatou para o edital de Concurso para Técnicos Administrativos em Educação do Instituto Federal Catarinense (IFC) em 2014.

Tomou posse e como servidora pública federal, iniciou trabalhando no setor jurídico. Aprendeu muitas coisas e conheceu pessoas maravilhosas, porém sonhava mais: concluir um curso superior. E esse sonho se tornou realidade com o diploma de Tecnóloga em Administração Pública. Mas sonhos realizados são propulsores de novos sonhos: queria se tornar pesquisadora.

Dessa forma, após muito estudo, ingressou no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo *Campus* Blumenau do IFC.

Levando em conta a breve história introdutória, percebemos que a EJA foi fundamental para a trajetória da autora desta dissertação e o tema a ser pesquisado não poderia ser diferente. Assim, justificamos a escolha do tema como uma abordagem e compreensão das possíveis causas que levam o IFC a não atingir os índices de matrícula no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja) integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) preconizados na legislação vigente, o Decreto 5.840/2006. Pontuamos que, ao finalizar o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), o mestrando elabora um relatório final, em formato de artigo, contemplando 40 mil a 70 mil caracteres. (IFC, 2019).

Por meio de um levantamento bibliográfico de pesquisas publicadas na base Scielo, com uso das palavras chaves *proeja; inclusão; educação profissional; ensino médio; ingresso e ensino integrado*, foram encontrados 248 artigos relacionados ao ingresso, 847 artigos do ensino médio, 27 artigos de formação integrada, 905 artigos de formação integrada, 789 artigos sobre inclusão e somente 13 artigos relacionados ao programa Proeja.

Na leitura dos artigos, foram encontrados temas como a formação dos docentes EJA-EPT, currículo integrado, ingresso, e relacionados com a obrigatoriedade da oferta preconizada no Decreto 5.840/2006, ou seja, da garantia de 10% das vagas de ingresso da instituição para o público de jovens e adultos (BRASIL, 2006).

Desse modo, o propósito em discutir e pesquisar sobre o Proeja (EJA-EPT) envolveu a compreensão do direito humano de acesso à educação para todos e/ou todas e o reconhecimento de que somos seres humanos inconclusos. E as experiências adquiridas são permeadas de acontecimentos significativos, portanto representam uma bagagem histórica se considerarmos a especificidade e a diversidade cultural do sujeito, assim como proferidos por Freire:

Para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível (FREIRE, 1996, p. 24).

A citação anterior traz à tona que homens e mulheres precisam se sentir com os outros e com o mundo, fazendo história, filosofando e politizando, o que os coloca em situação equitativa nas relações sociais dos seus direitos, sendo que o opressor e o oprimido não cabem na relação entre seres humanos.

Diante do exposto e para o estudo em questão, teremos os cenários e os bastidores da implantação do Proeja no IFC. O termo “cenários” condiz com a atual oferta do Proeja (EJA-EPT) no IFC incluindo a divulgação, contato com o público-alvo e o (des)cumprimento ao Decreto 5.840/2006, que estabelece o percentual de 10% do total de matrículas para o público da Educação de Jovens e Adultos- EJA-EPT. Segundo Goffmann (1985), a vida apresenta coisas reais e coisas ensaiadas, porque o relacionamento social acontece tal qual uma cena teatral, resultando a troca de ações. E o cenário são os elementos que compõem e dão suporte ao desenrolar de toda ação humana.

Entendemos que “bastidores” fazem alusão à implantação do curso na modalidade de jovens e adultos, compreendendo neste contexto a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), as tratativas e definição do curso, a divulgação, como também a inclusão e a permanência dos estudantes da EJA-EPT. Goffmann (1985, p. 107) salienta que os bastidores são compostos de segredos vitais de um espetáculo, sendo natural esperar que a passagem da região da fachada para os fundos seja conservada e fechada ao público.

Considerando os cenários e bastidores definidos, partimos para o desenvolvimento do produto educacional para esta pesquisa, o qual está intimamente relacionado e direcionado ao público da EJA, com o propósito de acolher, incentivar, e dirimir as dúvidas frequentes referente ao curso Proeja (EJA-EPT). Trata-se de uma História em quadrinhos (HQ) no formato digital, cujo roteiro foi inspirado em entrevistas com egressos do Proeja dos *Campi* em estudo, e está relacionado com trajetórias de vida, com enredo, personagens, cenas e cenários, como também bastidores.

Este artigo final de conclusão de mestrado sobre os “Cenários e bastidores da implantação do Proeja no Instituto Federal Catarinense” está estruturado da seguinte maneira: Tópico 1 – Introdução; Tópico 2 – apresenta os fundamentos da origem do trabalho e a relação com a Educação Profissional e Tecnológica por serem bases fulcrais para a compreensão da EJA como modalidade de ensino nos Institutos Federais; Tópico 3 – apresenta o percurso dos procedimentos metodológicos para produção de dados do momento exploratório ao empírico; Tópico 4 – breve contexto da educação de jovens e adultos Proeja (EJA-EPT), considerando para a discussão apenas o foco desta pesquisa como o cenário real; Tópico 4.1 – inventário das pesquisas realizadas e pertinentes ao tema; Tópico 5 – análise e discussões; Tópico 6 – considerações finais obtida com a pesquisa, e, por fim, os apêndices, com a apresentação e descrição do Produto Educacional elaborado com as entrevistas de egressos da EJA-EPT, a história em quadrinhos (HQ).

1 INTRODUÇÃO

A EJA, desde sua origem, proporciona oportunidade de término dos estudos àqueles que não tiveram como concluir o Ensino Fundamental e Médio nas idades previstas pela legislação. É garantida pela LDB e alicerçada pela Constituição Federal como direito de todos e todas à educação, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, art. 205, 1988).

Possibilitar o acesso à educação é direito à inclusão e aceitação de todos aqueles que tiveram de optar entre estudar ou trabalhar, pois a educação é um caminho para possibilitar as transformações sociais e é pela relação com os outros que o ser humano compreende o mundo e a si mesmo, num compartilhamento constante, assim como nos ensina Freire (1987).

A luta por uma educação de qualidade no Brasil possui em sua história avanços e retrocessos. E, apesar de esforços por meio das políticas públicas, o país possui 11,3 milhões de pessoas com 15 anos (ou mais) de idade e analfabetos, correspondendo a 6,8%. Na pesquisa do IBGE-PNAD ano 2019, eram quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, com uma taxa de analfabetismo de 18,0%. Verificamos então, que, quanto mais velho o grupo, maior é a proporção de analfabetos. (IBGE-PNAD, 2018) Os dados estatísticos do PNAD ainda revelaram que, em 2018, 47,4% das pessoas de 25 anos ou mais de idade haviam concluído a educação básica. Entretanto, apesar dos avanços, mais da metade da população nessa faixa etária não concluiu a educação básica escolar obrigatória e na idade apropriada.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem a responsabilidade da implantação de programas de EJA, como inserido no art.7º da Lei 11.892/2008: “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”. E o Decreto nº 5.840/2006 já instituía, 2 anos antes, que a oferta do Proeja deveria alcançar 10% do total das vagas de ingresso das Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas Federais, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007. (BRASIL, 2006).

À vista disso e por meio da análise dos dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP 2019 base 2018), o IFC possui 15 *campi* com 214 cursos e 17.528 matrículas, sendo que alcança somente 1% para os alunos EJA-EPT. Em uma nova busca, na mesma plataforma (PNP 2020, ano base 2019), encontramos, especificamente no item 5.1, o quesito atendimento aos percentuais estabelecidos na Lei 11.892/2008 e ao Decreto 5.840/2006, sendo que o IFC alcança 1,4% em atendimento ao Proeja (EJA-EPT).

E os percentuais alcançados nos *Campus* do IFC (PNP 2019 base 2018) foram: o *Campus* de Abelardo Luz 7,3 % da legislação, o *Campus* Camboriú 4,9%, *Campus* Ibirama 0,7% e o *Campus* São Francisco do Sul 9,4%. Essa constatação foi provocadora, gerando inquietudes, pois o IFC é uma instituição pública com a missão de “proporcionar educação profissional, atuando em ensino, pesquisa e extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional” (IFC, 2019).

Diante dos fatos apurados e pesquisados, vieram os apontamentos: Por que o IFC não atinge o índice mínimo de oferta do Proeja? Por que alguns *Campi* nunca ofertaram o Proeja e porque outros ofertaram e não ofertam mais? Quais as causas que levam o IFC a não alcançar os índices de matrícula na EJA-EPT preconizados nas normas vigentes e quais saberes sobre a relação educação e trabalho permeiam as gestões dos *campi*?

Com tantas indagações a serem respondidas, partimos para definição do objetivo proposto nesta pesquisa: compreender e analisar os motivos para o IFC não atingir os índices de matrícula em Proeja (EJA-EPT) preconizados pelo Decreto 5.840/2006, bem como produzir um produto educacional que auxiliasse na elevação dos índices de oferta para os cursos na modalidade de jovens e adultos na Instituição. Para a realização do estudo acerca do tema em discussão, foram avaliados três *Campi* do IFC: o *Campus* Rio do Sul, o *Campus* de Santa Rosa do Sul e o *Campus* Camboriú.

Como elementos auxiliares para atingir o objetivo geral, delineamos os seguintes objetivos específicos: compreender a relação entre trabalho e Educação Profissional Tecnológica, no seu processo histórico; traduzir uma compreensão referente aos estudos realizados sobre o Proeja (EJA-EPT) inseridos na Rede Federal e o cenário das pesquisas, considerando: conceito, oferta, divulgação, ingresso, e ensino integrado. Para o momento empírico, análise e discussões: historicizar, de forma sucinta, a EJA e o Proeja (EJA-EPT) no Brasil; detectar as causas da (des)continuidade de oferta do curso nos *campi* em estudo, e produzir um Produto Educacional intimamente relacionado e direcionado ao público do Proeja (EJA-EPT), com o propósito de acolher, incentivar, e dirimir as dúvidas frequentes dos discentes referentes ao curso em estudo.

2 TRABALHO E A SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O trabalho faz parte do homem para assegurar sua sobrevivência desde o início dos tempos, ou seja, o ser humano pensa, cria e (re)cria utensílios e artefatos necessários para sua subsistência. E isso significa que é a partir da consciência nas ações que o homem modifica a natureza a sua volta.

Concebemos o trabalho como princípio fundante na constituição do gênero humano e, quando relacionado com a educação, ocorre a afirmação do caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora mediante o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Porém, o trabalho ganha um sentido ambivalente quando o ser humano suplanta relações do trabalho escravocrata e servil nas formas sociais de dominação, em uma sociedade capitalista. O capitalismo induz que a força de trabalho seja vendida para quem detém os meios de produção. Assim, na estruturação da propriedade e na forma de manipulação dos meios de produção, acontece a divisão dos homens em classes, e, inserido neste cenário, predomina a dicotomia na educação, ou seja, para os trabalhadores continuam a ser repassados os ensinamentos básicos e para a classe dominante permanecem os conhecimentos para a formação de dirigentes.

A Educação Profissional no Brasil tem origem na formação dos “menos favorecidos e desvalidos da sorte”¹ para as demandas do mercado capitalista em ascensão, apoiadas em um governo progressista, com a intenção de habilitar os filhos dos desfavorecidos com preparo físico e intelectual não no sentido de instá-los a adquirir conhecimentos, mas sim como uma forma de afastá-los do ócio, do vício e do crime. (BRASIL, 1909).

Com a I Revolução Industrial e a introdução da maquinaria, o homem passa do campo para cidade e da agricultura para o manuseio das máquinas. Começa então o modelo de produção em massa que se espalhou pelo mundo inteiro e que, nas palavras de Gounet (1999, p. 17), significa: “[...] símbolo da exploração capitalista: sem qualificação o operário da linha de produção aparece como uma máquina de dar lucro para a empresa, seus acionistas e diretores [...]”. Com o crescimento desse poderio industrial, aumentou também a necessidade de uma educação voltada aos trabalhadores da linha de produção, com disciplina e controle de tempo. Um trabalho alienado, resultado de uma divisão de classes e subordinado ao capital vigente.

¹ A rede federal nasceu em 1909, no Governo Nilo Peçanha, com 19 escolas de aprendizes e artífices, destinadas aos “pobres e humildes desvalidos da sorte” (BRASIL, 1909).

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1937, sendo Getúlio Vargas o Presidente à época, o ensino profissional continuava destinado às classes menos favorecidas:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhes dar execução a esse dever, fundando os institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (BRASIL, 1937).

Essa Constituição foi de certa maneira influenciada pelos princípios fordistas e pelas transformações socioeconômicas da época. E, novamente, inserida nesse cenário de desenvolvimento capitalista, a educação no Brasil foi dividida entre trabalho manual e intelectual e, a concepção predominante foi a de que trabalhadores não poderiam ser dirigentes ou intelectuais.

Verificamos então que a história da Educação Profissional no Brasil sempre foi motivo de lutas. Em 1961, com a promulgação da Lei n.º 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), havia a flexibilização do ensino, possibilitando ao estudante migrar do ensino profissional para o ensino superior. Este, para muitos educadores, parecia ser o fim dessa dualidade estrutural.

Entretanto, para Kuenzer (2000, p. 29), a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos para fins de prosseguimento nos estudos. E a autora enfatiza que a equiparação entre o Ensino Profissional e Médio Secundário proposta na legislação não foi suficiente para suprimir a dualidade na educação brasileira, ou seja, permanecia a cisão entre a educação profissional e a educação geral (propedêutica).

Uma outra mudança no Ensino Profissional ocorreu por meio da Lei n.º 5.692 de 1971. Essa legislação tornou compulsória a profissionalização no ensino de 2º grau. Em outras palavras, o ensino profissionalizante se tornou obrigatório para as escolas pública e privadas. Para Moura (2007, p. 6), esse processo foi:

[...] fruto de uma conjugação de fatores. Por um lado, um governo autoritário com elevados índices de aceitação popular e interessado em mantê-la. Para isso, era necessário dar respostas à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização, o que acarretava pressão pelo aumento de vagas no ensino superior. Porém, tal governo tinha o projeto de desenvolvimento nacional calcado em uma nova fase de industrialização, conhecida como o Milagre Brasileiro, que demandava por técnicos de nível médio qualificados para atender a tal crescimento. Assim, a opção política foi dar uma resposta diferente às demandas educacionais das classes populares, mas que pudesse atendê-las. Utilizou-se, então, a via da profissionalização no 2º grau, o que garantiria a inserção no mercado de trabalho, em função do milagre.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, a educação passou a ser direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988, art. 205), assegurando os direitos fundamentais, individuais, sociais, políticos e jurídicos. Porém, foi necessária a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que desse suporte à educação. Segundo Frigotto (2015), as reformas da educação que ocorreram na década de 1990 caracterizaram a regressão da regressão, com um pensamento educacional orientado pelo pragmatismo, o tecnicismo e o economicismo.

Em 1996, é sancionada a nova LDB (Lei n.º 9.394/1996) e, no ano seguinte, 1997, o Decreto n.º 2.208, tendo por objetivo regulamentar o §2º do art. 36, art. 39 a 42 da LDB. Esse decreto determinou que a educação profissional de nível técnico fosse concomitante ao Ensino Médio, com organização curricular própria e independente, com oferta apenas nas modalidades concomitante ou subsequente, emergindo de forma oficial e novamente a dualidade entre a formação propedêutica e a formação profissional. Frigotto (2001) esclarece que a LDB, em conjunto com seus pareceres e portarias, colocou a Educação Profissional na lógica do capital para a formação de trabalhadores para o mercado de trabalho: “Neste horizonte a educação em geral e particularmente, a educação profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento... conformar o cidadão mínimo, que pensa minimamente...” (FRIGOTTO, 2001, p. 74).

Com debates relacionados às políticas de educação profissional e tecnológica, já no governo Lula, foi regulamentado o 5.154/2004, que voltou a permitir a integração na educação profissional / ensino médio. Fátima Oliveira (2017, p. 63) nos esclarece que o Decreto n.º 5.154/2004 abriu alternativa para uma composição curricular na qual a formação geral, por meio de uma nova proposta pedagógica, poderia ser integrada pedagogicamente à educação profissional, sem empobrecimento do Ensino Médio em favor da formação profissional e vice-versa.

Percebemos que o percurso da educação profissional no Brasil sempre esteve condicionado às camadas mais pobres da população, por ter função de formar a mão de obra. Ainda se mantém atada ao modo de produção do capital, ou seja, essa dualidade estrutural ainda permanece presente na elaboração das legislações pelo poder público e nos discursos referentes à educação no decorrer da história. Assim nos faz refletir Francisco Oliveira (2006), por meio da metáfora intitulada “O ornitorrinco”, o bicho esquisito que se assemelha ao modelo construído pela burguesia e às dificuldades do desenvolvimento brasileiro: da falta de educação, do trabalho precarizado e informal.

3 METODOLOGIA

Segundo Minayo (2007), metodologia e método são conceitos diferentes. Enquanto a metodologia percorre o caminho escolhido para o fim proposto, o método abrange os procedimentos a serem usados pelo pesquisador.

Esta pesquisa se constituiu em dois momentos: o momento exploratório e o empírico. Segundo Marconi e Lakatos, a pesquisa não parte da estaca zero e, sendo exploratória de uma avaliação ou de uma situação concreta desconhecida, alguém ou um grupo, em algum lugar, já fez pesquisas semelhantes de certos aspectos da pesquisa pretendida (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 225).

Dessa maneira, o momento exploratório envolveu o estudo da historicidade da EJA no Brasil com revisão bibliográfica sobre o tema Educação de Jovens e Adultos articulada com a educação profissional e tecnológica (EJA-EPT), e as informações sobre a oferta do Proeja entre os anos de 2006 e 2019. No momento empírico, realizaram-se as entrevistas semiestruturadas direcionadas aos sujeitos que vivenciaram os cursos na modalidade de jovens e adultos -Proeja (EJA-EPT) dos *Campi* de Rio do Sul, Santa Rosa do Sul e Camboriú², pertencentes ao IFC.

No início da pesquisa, precisávamos definir quais *Campi* do IFC seriam estudados, e optamos por selecionar três campi originários das Escolas Agrotécnicas ou Colégios Agrícolas em funcionamento anterior a 2008. Assim escolhemos um *Campus* que nunca ofertou o PROEJA (Santa Rosa do Sul); um *Campus* que sempre ofertou (Camboriú) e u *Campus* que ofertou, mas não seguiu com a oferta (Rio do Sul). No entanto, durante a realização das entrevistas percebemos que o *Campus* de Santa Rosa do Sul já havia ofertado o programa na modalidade PROEJA. Dessa maneira, dos três *Campi* pesquisados, somente um, Campus Camboriú, seguiu com a oferta do curso para jovens e adultos.

Produzimos para a pesquisa roteiros para as entrevistas semiestruturadas³ para cada *Campus* em estudo, sendo adaptadas para os diferentes sujeitos envolvidos com o curso do Proeja, totalizando oito entrevistas. Para a elaboração do Produto Educacional, foram realizadas quatro entrevistas⁴ com egressos do Proeja dos *Campi* de Camboriú e de Rio do Sul.

O roteiro com as entrevistas foi aprovado pelo Conselho de Ética⁵, juntamente com o Parecer de aprovação e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Concordamos

2 *Campi*: Rio do Sul ofertou Proeja (2006 a 2009); Santa Rosa do Sul (2007) e Camboriú em (2007 e segue na oferta).

3 Apêndice B, C e D

4 Apêndice F

5-Sob o Número CAAE 29621020.1.0000.8049, Comitê de ética/IFC

com Gerhardt *et al.* (2009, p. 73) que o roteiro se faz importante, pois é um instrumento onde constam as questões que o entrevistador deve seguir na entrevista, com as perguntas já definidas, mas que podem originar variedade nas respostas.

Para identificar os gestores e docentes que participaram da implantação do curso Proeja nos *Campi* de Santa Rosa do Sul, Rio do Sul e Camboriú no período de 2006 a 2019, consultamos as secretarias acadêmicas, as Coordenações de Gestão de Pessoas (CGPs) e os Gabinetes por meio de *e-mails*. Os gestores e docentes entrevistados indicaram os nomes dos egressos dos cursos do Proeja para a realização dos convites. Foram quatro entrevistas de egressos direcionadas para a elaboração do Produto Educacional, e isso significa que, os egressos foram os protagonistas da elaboração do Produto Educacional. Dessa maneira, foram entrevistados cinco gestores, três docentes e quatro egressos dos *Campi* em estudo. Identificados os sujeitos, encaminhamos os convites, tanto via *e-mail* como via *WhatsApp* para a participação na entrevista. Somente um sujeito contactado optou por não participar da pesquisa. Todas as entrevistas ocorreram por meio de videochamada pela ferramenta *Google Meet*. Porém, a dificuldade de acesso à internet de qualidade dificultou algumas entrevistas, as quais foram realizadas via o telefone celular e com gravação paralela, com a anuência dos entrevistados.

Para análise da pesquisa empírica, as entrevistas com gestores e docentes, optamos por uma aproximação da análise textual discursiva (ATD), a qual se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões que os seres humanos fazem de si e do que pensam (MINAYO, 2014). A ATD pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção e compreensão em que entendimentos emergem a partir de uma sequência: a desconstrução dos textos do “*corpus*”, a unitarização e o estabelecimento da categorização. Sendo assim, a ADT propõe-se a descrever e interpretar sentidos que a leitura de um conjunto de textos pode suscitar. (MORAES, 2003).

Considerando que esta pesquisa necessita permanecer próxima das pessoas entrevistadas, das falas dos sujeitos nos cenários e dos bastidores do problema a ser estudado, reconhecemos que a ADT foi a metodologia adequada pelos seguintes motivos: a aproximação com o público da EJA – por meio da escuta, descrevendo e analisando suas falas; o contato com os gestores e docentes que implantaram o curso do Proeja (EJA-EPT) nos *Campi* em estudo; e pelo contato direto da pesquisadora com o problema a ser pesquisado.

Para o *corpus* da análise, destacamos as transcrições das entrevistas, registros e depoimentos. Moraes afirma que os textos não carregam um significado apenas para ser identificado, trazem conteúdos significantes exigindo que o leitor ou pesquisador construa

significados a partir de suas teorias e pontos de vista. (MORAES, 2003, p. 197).

O segundo momento do ciclo de análise foi a categorização, e implicou também nomear e definir as categorias (MORAES, 2003, p. 197). Destarte, para a análise e para a organização dos dados desta pesquisa, utilizamos categorias emergentes das entrevistas tendo como base a concepção freiriana humanizadora (comunicação, dialogicidade, acolhimento, disposição, e uma visão mais progressista) e a racionalidade técnica (técnicas e regras) (re)produzidas, memorização, reprodução passiva do conhecimento, a (in)disposição de docentes e uma visão mais positivista, além dos fundamentos da EPT no que tange à relação e trabalho e educação, o conhecimento das legislações e princípios dos Institutos Federais sobre a modalidade Proeja (EJA-EPT).

Nesse sentido, foram realizados agrupamentos, de modo a obter as unidades que expressassem os sentidos extraídos das entrevistas realizadas, vinculando a análise às produções sobre o tema. O último momento da análise foi a construção do metatexto⁶ que constituiu o *corpus* dos resultados dos documentos utilizados: as transcrições das entrevistas realizadas com os docentes, gestores e egressos às questões do roteiro da entrevista para, enfim, responder ao objetivo da pesquisa: compreender e analisar os motivos que levam o IFC a não atingir os índices de matrícula em EJA preconizados pelo Decreto 5.840/2006 a partir do estudo de três *campi*: Santa Rosa do Sul, Rio do Sul e Camboriú.

⁶ Metatexto: texto literário em que se baseia uma crítica ou a criação de um novo texto. (AULETTE, 1980).

4 BREVE CENÁRIO E BASTIDORES DA EJA E PROEJA NO BRASIL

A EJA, tal qual denominamos atualmente, era conhecida como educação popular, sendo desenvolvida pelos movimentos populares e de trabalhadores com objetivo primordial de erradicar o analfabetismo no Brasil.

No início da década de 1960, Paulo Freire, com a propagação de sua práxis, inspirou os principais programas de alfabetização e de educação popular no país. Ele foi (e ainda é) um dos educadores que mais ativamente participou dos movimentos em prol da educação popular, além de (re)formular a concepção de alfabetização como ato de conhecimento, processo de conscientização, de emancipação e de libertação. Nos seus argumentos, trouxe que não existe educação fora da sociedade; os homens somente sobrevivem com o auxílio dos outros. (FREIRE, 1987).

Seguindo as propostas de Freire, e por meio do Decreto 53.465/64, o Plano Nacional de Alfabetização foi aprovado, estabelecendo programas de alfabetização pelo Brasil. Entretanto, com Golpe Militar de 1964, esses programas passaram a serem vistos como uma ameaça à ordem pública, o Plano Nacional de Alfabetização foi extinto e Freire exilado, mas a sua pedagogia libertadora permaneceu viva nos ideais de muitos educadores brasileiros.

Em plena ditadura militar e com a Lei 5.379/67, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral. Conforme Menezes (2001, p. 58), “a ideia do Mobral encontra-se no contexto do regime militar no Brasil, iniciado em 1964, cujo governo passa a controlar os programas de alfabetização de forma centralizada”. Segundo Haddad e Di Pierro (2000), o Mobral foi criado para atender aos marginalizados, tendo por objetivo a alfabetização funcional de jovens e adultos, ou seja, os conteúdos incitavam uma educação programada e pautada na pedagogia tecnicista antagônica à concepção do educador Freire.

É importante ressaltar que a educação voltada para jovens e adultos se desenrolou em sua história como compensatória e inclusiva. Sobre incluir, a autora Rodriguez (2009) nos esclarece que educar para a inclusão é uma proposta para a consolidação das identidades dos sujeitos EJA, superando o instrumento assistencialista dos governos progressistas.

Para jovens e adultos, o reconhecimento do direito à educação foi consequência de um processo de democratização dos anos de 1980 e 1990, após vinte anos de Ditadura Militar e da produção de uma Constituição Federal (HADADD; DI PIERRO, 2015). Pontuamos também que a educação é direito do indivíduo evidenciado na mesma CF, art. 208, §1º: “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) procurou garantir a igualdade de condições para acesso e

permanência na escola, o pluralismo de ideias, as concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extraescolar e a vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Um documento importante a destacar é o Parecer CNE/CEB 11/2000 (BRASIL, 2000), que definiu a EJA como uma dívida social não reparada para aqueles que não tiveram acesso nem domínio da escrita e da leitura como bens sociais. Esse mesmo parecer determinou um modelo pedagógico próprio, com situações pedagógicas específicas, além de identificar três funções importantes para a educação de jovens e adultos: a reparadora, a equalizadora e a qualificadora.

Ser reparadora não significa só a entrada para a sala de aula, mas o direito ao ingresso e permanência em uma escola pública, laica e de qualidade, como também o reconhecimento da ontologia do ser humano. Ser equalizadora se enquadra como uma segunda entrada no sistema educacional dos que desistiram da sala de aula por fatores adversos e a possibilidade de novos aprendizados, além da colocação no mundo do trabalho e na sociedade. Ser qualificadora é o verdadeiro sentido da EJA, e possui como base assegurar a atualização dos conhecimentos para toda a vida, porque somos seres incompletos e aprendemos a cada instante.

Com o governo Lula, em 2005 e por meio do Decreto n.º 5.478/2005, foi implantado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja), tendo a função de oportunizar a formação profissional àqueles trabalhadores que, por motivos adversos, abandonaram a escola e não terminaram a escolarização básica na idade considerada adequada.

Inicialmente, o programa foi instituído para os Institutos Federais pelo Decreto n.º 5.478/2005 e depois substituído pelo Decreto n.º 5.840/2006, com algumas alterações, como ampliação da abrangência e a inclusão do ensino fundamental, assim como mencionado no Documento Base. (BRASIL, 2007, p. 12). Esse documento descreve como fundamento a integração entre o trabalho, a ciência, a técnica, a tecnologia, o humanismo e cultura geral, tendo como finalidade o enriquecimento científico, cultural, político e profissional para a efetivação da cidadania, além da qualificação de profissionais e linhas de pesquisa nos campos de pesquisa do Proeja.

Com a Lei n.º 11.892/2008, instituiu-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituições de ensino superior, com educação básica e profissional, pluricurriculares e multicampi. Os objetivos dos Institutos Federais estabelecidos na legislação visam atender ao público da EJA na forma integrada. Contudo, a implantação de uma política pública na área da educação necessita de acompanhamento das ações por parte do governo,

além do compromisso firmado daqueles que trabalham para seu desenvolvimento, a exemplo de educadores e gestores. Assim, a educação profissional e tecnológica e a qualificação profissional técnica de nível médio ofertadas pelos Institutos Federais são os espaços profícuos para a formação e a qualificação da classe trabalhadora, incluindo a EJA-EPT.

Ainda, nos reportamos aos fundamentos político-pedagógicos que norteiam a organização curricular para a EJA: associar, de forma integrada, a relação entre a escolaridade e o mundo do trabalho. Ciavatta (2005, p. 146) nos esclarece que o termo “integrar” possui o sentido de completude e de compreensão das partes no todo, de tratar a educação como totalidade social, enfocar o trabalho como princípio educativo e assim superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual. E, nesse sentido, Gramsci (2004, p. 53) assevera: “não há atividade humana da qual se possa excluir toda a intervenção intelectual, não se pode separar o homo *faber* do homo sapiens”, ou seja, não existem não-intelectuais; todos os homens são possuidores de ideais, mesmo não exercendo atividade intelectual socialmente.

Pelo exposto, percebemos que a história da EJA sempre foi marcada por lutas de docentes e discentes por um ensino de qualidade e não somente uma educação fragmentada, com a função reparadora para a certificação e a preparação ao mundo do trabalho. Em sua trajetória, perpassou por muitos movimentos e requer maiores investimentos do poder público, de legislações pertinentes, como políticas públicas de estado e não somente de governo.

Conjuntamente, torna-se necessário estabelecer quais os conhecimentos significativos para que a formação desses alunos jovens e adultos seja voltada para a emancipação humana, para serem críticos do seu tempo, leitores do mundo e os protagonistas de suas histórias. Assim como afirma Freire (1996, p. 57), “é na inconclusão do ser que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente”. Uma educação constante se torna necessária para a formação de uma sociedade solidária, igualitária e justa.

4.1 Estudo bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento e estudo bibliográfico realizado no Banco de Teses e Dissertações da Capes, onde foram encontrados 4861 trabalhos de mestrado e 1615 de doutorado, em um recorte temporal entre os anos de 2006 à 2019, que atendiam às palavras chaves “políticas públicas”, “educação de jovens e adultos” e “Institutos Federais de Educação” (pesquisa de março de 2020). A busca prosseguiu nas dissertações e teses das Universidades Federais e na Anped (Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Educação), por ser um evento representativo no campo da pesquisa em educação no Brasil. Após um

refinamento das buscas, com o tema Proeja e EJA, foram selecionados as pesquisas que mais se aproximaram com o tema desta dissertação: dois artigos, duas dissertações e uma tese que discorriam sobre o descumprimento do Decreto 5.840/2006 para o atendimento da modalidade EJA-EPT (Proeja) na Rede Federal.

A dissertação de mestrado da autora Maria Luzinete da Silva, defendida em 2011, discutiu “Currículo integrado e formação continuada de professores: entre desafios e sonhos no Proeja IFPA” e revelou as dificuldades da implantação e o percurso da formação docente do Proeja no IFPA, com uma metodologia qualitativa pautada no estudo de caso. A autora discorreu sobre as conclusões obtidas na pesquisa: o Proeja foi implantado somente por determinação governamental sob o Decreto nº. 5.840/06; a formação dos professores não correspondeu às expectativas e especificidades da EJA; destacou a ausência de sensibilização do corpo docente para com discentes EJA, além da falta de currículo integrado pautado em um projeto político-pedagógico estruturado.

O artigo intitulado “Os sentidos do Proeja: possibilidade e impasses na produção de um novo campo de conhecimento na formação de professores”, das autoras Edna Castro de Oliveira e Karla Ribeiro de Assis Cezarino (2007), discutiu a implementação do programa Proeja, as possibilidades e os impasses ocasionados pelo programa, partindo da gestão ao acolhimento dos alunos. As autoras relataram que o Proeja foi proposto pelo Decreto nº 5.840/2006 de forma impositiva, resultando em impasses na implantação e gestão: a) de rejeição, por parte de alguns, por considerarem-no um programa proposto “de cima para baixo”, sem a participação e escuta da comunidade. Nas áreas técnicas, a preocupação de alguns docentes foi de receber os alunos sem base para acompanhar o ciclo profissional, o que reforçou a ideia de que esses professores manifestaram um preconceito em relação aos alunos da EJA, como sujeitos que possuíam um saber inferior; b) de aceitação de alguns docentes que reconheceram o sentido do Proeja, por meio da atuação dos discentes “que realmente precisavam de oportunidades”; e c) de comprometimento: “Compromisso social e político, ideologia, cobramos de nós aqui, mas não vemos isto em relação à direção. Parece que vocês não se interessam pela causa” (OLIVEIRA; CEZARINO, 2007, p. 7).

Coadunamos com Oliveira e Cezarino (2007) no sentido de considerar a participação como condição fundamental para construir uma escola democrática. Os educadores necessitam participar do processo das políticas curriculares, além de fazer uma crítica aos pacotes curriculares da elite que, de certa forma, silenciam os docentes (FREIRE, 1996, p. 103).

A dissertação analisada sob o título “A implementação do Proeja na Rede Federal de educação Profissional e tecnológica: visão dos gestores”, da autora Vânia do Carmo Nóbile

Silva (2010), discutiu a gestão do Proeja no que tange às políticas públicas e as estratégicas que foram adotadas na implantação da modalidade através do Decreto nº 5.840/2006 nos Institutos Federais nos *Campi* Pelotas, Boa Vista, Florianópolis e Goytacazes. O título da dissertação mencionou a “implementação” do Proeja, que significa “pôr em prática” ou “executar”, mas a autora discutiu também a “implantação do Proeja” das políticas públicas da EJA-EPT, significando “introduzir” ou “estabelecer”, ou seja, são palavras parônimas, com forma de escrita semelhante e significados diferentes.

Vânia Silva (2010) mencionou ainda que, na maioria das instituições da Rede Federal, a inserção do Proeja ocasionada via Decreto nº 5.840/2006 transcorreu em um contexto de resistência de gestores e docentes. Concluiu ainda que as formas de acesso à modalidade EJA-EPT, além de um desafio para a Rede Federal, necessitam ser específicas para o público-alvo, com estratégias de acesso voltadas para a verticalização da escolaridade e não somente à formação profissional.

Verificamos que tanto nas dissertações “Currículo integrado e formação continuada de professores: entre desafios e sonhos no Proeja IFPA” e “A implementação do Proeja na Rede Federal de educação Profissional e tecnológica: visão dos gestores”, como no artigo “Os Sentidos do Proeja: possibilidade e impasses na produção de um novo campo de conhecimento na formação de professores” existiu uma imposição do Decreto nº 5.840/2006, assim como também a forte resistência e ausência de sensibilidade por parte dos docentes para com o público EJA.

Podemos relacionar a “resistência” dos docentes para os alunos EJA como um *habitus* conceituado por Bourdieu (2007). Para o sociólogo, o *habitus* é um conceito que auxilia o indivíduo nas suas disposições, gostos e preferências de uma mesma trajetória social, mas pode ser alterado na medida em que se alteram os contatos sociais do indivíduo.

O *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), e que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida. (BOURDIEU, 2007, p. 162).

Na continuidade da discussão das pesquisas, a tese desenvolvida por Vitorette (2014), intitulada “A não consolidação do Proeja como política pública de Estado”, atinge diretamente o tema desta pesquisa do mestrado, porque abordou o não cumprimento do Decreto 5.480/2006 e da obrigatoriedade de 10% das matrículas para a modalidade EJA-EPT da Rede Federal. Em sua conclusão, dos 38 Institutos Federais, apenas 33 ofertavam matrículas proeja, e somente

cinco cumpriam a meta estabelecida pela legislação vigente. Vitorette (2014) observou ainda que o não cumprimento das normas e da não consolidação do Proeja como política pública tornou-se o seguinte:

Travestidos de novos programas, a cada governo são ressuscitados ou dão-se continuidade a concepções antigas de educação destinada à classe dos trabalhadores seguindo a lógica de ações políticas focais, fragmentadas, na forma de parcerias, frágeis para se consolidar políticas públicas que permitam a universalização da educação básica. Mantém-se uma parcela significativa da população brasileira no limite do processo escolar, trocando-o por aparatos de certificação com reduzido financiamento, negando aos jovens e adultos trabalhadores o conhecimento historicamente construído. (VITORETTE, 2014, p. 86).

Já o artigo: “O processo de implantação do Proeja na cultura escolar da Educação profissional”, de Marcolla (2012), apresentado na 35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), foi encontrado em mais de uma busca, sendo também um artigo que abordou o Decreto nº 5.840/2006. A pesquisa abordou a implantação da proposta pedagógica do Proeja no IFSUL juntamente com a integração curricular e as relações da cultura escolar.

Marcolla (2012) narrou que, a partir do Decreto nº 5.840/2006 e da obrigatoriedade de ofertar 10% das matrículas para o Ensino médio integrado à EJA-EPT, o gestor (à época) reuniu os Coordenadores das áreas técnicas dos cursos para a implantação do curso na modalidade EJA-EPT. Entretanto, com a negativa das áreas técnicas em ofertar o curso, o mesmo gestor, por força de decisão, fez um sorteio das áreas técnicas para a oferta do curso, por meio de imposição. O autor mencionou a cultura escolar como um impedimento para ofertar cursos na modalidade EJA.

Nesse sentido, buscamos em Bourdieu (1998) que o capital cultural e o *ethos*, quando combinados, definem a conduta escolar e as atitudes diante da escola, constituindo, assim, a eliminação diferencial das crianças das diferentes classes sociais. Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário que a escola trate todos os educandos, por mais desiguais que sejam, como congruentes em direito e deveres. Bourdieu (1998) definiu o *habitus* por dois componentes essenciais: a *hexis*, que é a linguagem e a postura corporal, e o *ethos*, mencionado acima, como os valores interiorizados. Juntos, tanto *hexis* como *ethos* formam o indivíduo e fundamentam a reprodução social. (BOURDIEU, 1998, p. 53).

Marcolla (2012) concluiu ainda que o contexto escolar presente nas instituições de ensino evidencia a cultura dos docentes, dos gestores, dos funcionários (seus modos de pensar e agir transmitidos nas gerações), discentes, família, comunidade e a forma como se relacionam,

gerando muitas vezes os impasses para a implantação de cursos.

Por fim, os trabalhos encontrados nesta pesquisa bibliográfica abordaram algumas questões do projeto de pesquisa quando reverenciaram o Decreto nº 5.840/2006 e a obrigatoriedade de ofertar 10% das matrículas para a modalidade EJA-EPT, como também os impasses da gestão em ofertar o EJA-EPT, a formação docente, as formas de acesso, as estratégias de divulgação, o planejamento dos cursos e o currículo integrado.

5 ANÁLISE DOS DADOS: OS RESULTADOS E SUAS DISCUSSÕES

Neste tópico, apresentaremos a análise dos dados obtidos na pesquisa com as categorias definidas como humanizadora e racionalidade técnica, levando para esta discussão autores como Freire (1987, 1996), Adorno e Horkheimer (1985), Almeida (2001), Schön (2000) e Silva e Ferreira (2006). Cada categoria tem suas características, conforme demonstram as Figuras 1 e 2. Entendemos que as características emergentes foram identificadas a partir do levantamento bibliográfico e das falas dos sujeitos, enquanto as consideradas *a priori* advêm da base teórica utilizada para a análise dos dados.

O termo “humanizadora”, uma das categorias desta análise, está fundamentada em Freire (1987) e busca conscientizar e libertar homens e mulheres da acomodação e da desumanização por meio de uma educação voltada à dialogicidade, para assim se perceberem como seres humanos “no” e “com” o mundo e, desse modo, se tornarem seres humanos livres da opressão e mais críticos do mundo, com a perspectiva progressista da educação.

Figura 1 – Categoria Humanizadora e suas características.



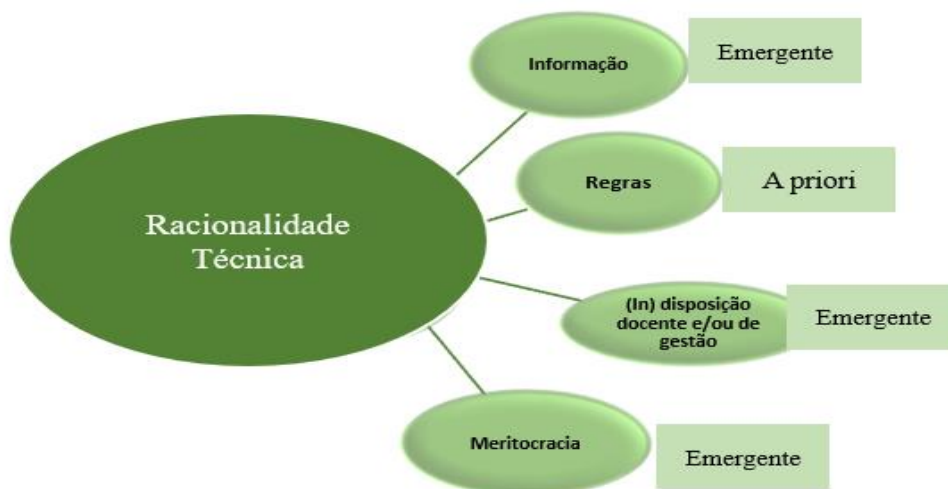
Fonte: criado pela autora.

A “racionalidade técnica” se enquadra em um modelo instrumental, declarado tecnicista de ensino de caráter aliado a instrumentação técnica e memorização. (SILVA; FERREIRA, 2006, p. 47). A categoria racionalidade técnica envolve a perspectiva positivista. Sobre a educação, Almeida esclarece:

A educação norteou-se pelo paradigma taylorista, baseado na racionalidade técnica, que concebe o exercício profissional como uma atividade meramente instrumental, voltada para a solução de problemas através da aplicação de teorias, métodos e

técnicas. Ao fragmentar as funções e conferir ao trabalho um caráter de repetição alienada, o paradigma taylorista separa pesquisadores e especialistas - os que elaboram propostas, planos, programas e modelos, enfim, os que produzem conhecimento - dos consumidores e executores dos conhecimentos e ações produzidos e planejadas pelos primeiros. (ALMEIDA, 2001, p. 3).

Figura 2 – Categoria Racionalidade Técnica e suas características.



Fonte: criado pela autora.

Para a análise em si, faremos uso dos diálogos obtidos por meio das oito entrevistas realizadas nos *Campi* em estudo: Santa Rosa do Sul (S), Rio do Sul (R) e Camboriú (C), identificados pelas letras iniciais para facilitar o entendimento. Definimos, então, três entrevistas para cada *Campus* em estudo, entre gestores e docentes, exceto um *Campus*, pelo não aceite de um dos sujeitos da pesquisa.

Para definir os sujeitos entrevistados na pesquisa: foram realizadas cinco entrevistas com gestores (G); três entrevistas com docentes (D); quatro entrevistas com discentes egressos (E) nos *Campi* de Rio do Sul e Camboriú. Dessa forma, exemplificamos a notação utilizada para as entrevistas: (SG 01) entrevista realizada no *Campus* Santa Rosa do Sul com o **gestor** 01, e assim sucessivamente. Como a nossa pesquisa foi realizada em três *Campi* do IFC, faremos a seguir uma breve apresentação de cada um.

O *Campus* Santa Rosa do Sul originou-se da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul). Está localizado no município de Santa Rosa do Sul, no bairro Vila Nova, no Extremo Litoral Sul de Santa Catarina, a 250 km da capital Florianópolis e a 220 km de Porto Alegre. É uma das três Escolas Agrotécnicas existentes no estado. O *Campus* Santa Rosa do Sul ofertou o curso proeja por meio de parceria com o Município no ano de 2009.

O *Campus* Camboriú era denominado Colégio Agrícola de Camboriú (CAC). Sua fundação data de 8 de abril de 1953, procedente de um acordo firmado entre o Governo Federal e o Estado de Santa Catarina. A partir de 1962, iniciaram-se as atividades pedagógicas com o

curso ginásial agrícola. Com o Decreto 62.178, de 1968, a responsabilidade administrativa e financeira do Colégio Agrícola de Camboriú foi transferida para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, restringindo suas atividades de ensino ao 2º Grau Profissionalizante. No final de 2008 e por meio da Lei 11.892, o Colégio Agrícola de Camboriú (CAC) passou a pertencer aos quinze *campi* do IFC, com o nome de *Campus Camboriú*.

A Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul (EAFRS) foi criada pela Lei Federal nº 8.670/1993, em razão da prioridade da agricultura no contexto da atividade econômica na Região do Alto Vale do Itajaí e das reivindicações das comunidades rurais. Com o nascimento da Rede Federal, em 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul passou a ser denominada de *Campus Rio do Sul*, pertencendo ao IFC.

Para perceber as compreensões dos sujeitos pesquisados no âmbito das categorias de análise, iniciaremos com a seguinte questão: sabendo da necessidade de oferta do Proeja pelos Institutos Federais, o que você me diz sobre por que, para quê e para quem é o Proeja?

O proeja é destinado para pessoas que realmente são excluídas da sociedade ...Porque muitas pessoas querem trabalhar com melhor especialidade e não sabem onde ter acesso e daí, nós, enquanto Instituição pública, precisamos perceber essas necessidades para então buscarmos junto a esses e a essas, jovens e adultos e adultas, a vinda para estudar no IFC – Proeja. E pensar em cursos que realmente garantam a esses jovens o acesso para a formação que eles tanto desejam. (RG 08).

Eu acho que o Proeja é uma forma de contribuir com uma parcela da sociedade que não teve oportunidade no tempo certo. Porque os pais tiravam muito os filhos da escola para poder trabalhar na roça, precisavam de mão de obra. (SG 01).

Foi criado para oportunizar aos jovens e adultos a terminar o seu segundo grau com um curso profissionalizante junto. (SG 03).

O proeja é institucionalizado, então precisa existir no *campus*. Para quem? Para as pessoas que não tiveram oportunidades na idade própria ou idade regular e fazer o ensino médio, né. (SD 04).

Se a gente seguir à risca o que a legislação define, né, ele é para contemplar aquelas pessoas que não tiveram oportunidade de formação na idade ideal, ele é voltado para essas pessoas. Aqui no *campus* também trabalhamos com essa perspectiva. (RD 07).

Nos extratos acima, SG 03 e SD 04 limitaram seu argumento à obrigatoriedade de oferta, numa perspectiva da **racionalidade técnica**. Buscando apoio em Almeida (2001), essa é uma atividade tanto técnica como instrumental, porque é decorrente da aplicação do conhecimento sistemático e meramente normativo, portanto, a partir de **regras**. Já RD 07, RG 08 e SG 01, acima citadas, demonstram uma visão mais **humanizadora** quando mencionaram que o Proeja é destinado aos excluídos da sociedade e que o IFC, enquanto Instituição Pública tem o dever

de ofertar cursos que realmente formem esses jovens e adultos, uma dívida a ser minimizada.

Essa visão é ratificada pelas falas seguintes:

Então por que tem que ser feita essa oferta? Pra gente tentar minimizar essa dívida, essa nossa falta enquanto instituição de ensino, enquanto MEC, enfim... Porque: para tentar minimizar essa dívida, né. (CG 05).

Porque a gente tem uma história que foi excludente. A maior parte das pessoas que não estudaram, não estudaram porque não havia políticas educacionais que pudessem contemplar a realidade brasileira. (CD 06).

Então o Proeja vem justamente nessa perspectiva, de tentar sanar um pouco dessas lacunas, de uma população que ficou à margem do sistema por várias razões. (S 02).

É para esse público que foi excluído. Que não foi escolarizado é que é extremamente DISCRIMINADO. E é essa discriminação que eles sofrem até dentro da própria instituição. (CG 05).

Neste último excerto, CG 05 menciona a discriminação da sociedade para com jovens e adultos que não concluíram os estudos, e, quando estes sujeitos retornam ao sistema escolar, continuam sofrendo esse preconceito. Pontuamos que a discriminação é uma prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero que ofende a substantividade do ser humano e nega a sua democracia; é imoral, e lutar contra ela é um dever. (FREIRE, 1987).

Nas falas SG 03, SD 04 e RD 07, acima descritas, verificamos a preocupação dos sujeitos com a necessidade de oferta do Proeja em função da exclusão social. Essa exclusão se aproxima do que Adorno (1985) nos alerta: que a **racionalidade técnica** hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o carácter compulsivo da sociedade alienada de si mesma. Nessa direção, RD 07 narra:

O Proeja é um mal necessário. Por que um mal necessário? Se a escola tivesse competência suficiente, ela atenderia essas pessoas na idade regular... se as pessoas não conseguiram ser incluídas no processo no tempo normal, você abre um segundo espaço para que elas possam ser atendidas e não ficar atrasadas. A minha brincadeira do “mal necessário” é porque, se fosse bem-feito o processo todo, não necessitaria do Proeja. Não é porque ele não é bom, é porque não é viável. (RD 07).

De forma contraditória, mas **humanizadora**, CG 05 se pronuncia:

Para quê: a gente sempre pensa, o para quê de imediato é a inserção cidadã deles... no mundo do trabalho. Imediatamente a gente pensa nisso, né. E, ao mesmo tempo, para que ele se perceba como cidadão. Esse seria outro motivo (CG 05).

Entendemos que a cidadania não se constrói apenas com sua eficácia técnica, mas também pela luta política em favor da (re)criação de uma sociedade menos injusta e mais humana. (FREIRE, 1987).

Na questão sobre a relevância do IFC e o *Campus* oferecer proeja, todos os entrevistados foram unânimes sobre sua oferta.

Então a relevância é justamente proporcionar a esses jovens e adultos que não tiveram acesso, a ter acesso na educação gratuita, com qualidade e com formação profissional para além da formação básica, e com formação básica para além da formação profissional. (RG 08).

Total. E falta compreensão sobre. Quando foi criada a lei dos Institutos, ali ficava bem claro que 50% eram destinados aos cursos de ensino médio e 10% de Proeja. É a base dos institutos federais... Eles foram criados para isso... (CG 05).

RG 08 e CG 05, numa visão **humanizadora**, apresentam conhecimento acerca das legislações e sobre a obrigatoriedade de ofertar 10% do total da matrícula para os cursos na modalidade de EJA, sendo relevante a inclusão de mais cursos para integrar essa parcela da população, considerada à margem da sociedade. Concebem o Proeja como um espaço de inclusão para que os marginalizados possam integrar-se e incorporar-se à sociedade de onde “partiram”. A solução não estaria em “integrar-se” ou “incorporar-se” a uma estrutura que os oprime, mas transformá-la para que possam se tornar “seres para si” através da humanização (FREIRE, 1987, p. 35).

Para além da legislação, SD 02 mencionou que a oferta do Proeja necessita ser (re)pensada tanto no currículo como na formação e na preparação dos docentes:

Eu vejo muita relevância. Porque quando existir um aluno com deficiências, com dificuldades ou que não tenha concluído sua educação básica e que precise da rede federal, precise do estado para a formação profissional, eu acredito que o Proeja vai ser relevante... não dá pra ofertar por ofertar. A gente tem que identificar... (SD 02).

Na mesma direção de SD 02, CD 06 defendeu a oferta do Proeja e questionou o porquê da abertura de novos cursos na Instituição em detrimento da implantação de mais cursos voltados para a modalidade EJA:

Ah, não vale a pena abrir, se forma muito pouco...” mas eu queria te dizer que o Proeja forma mais que o curso de matemática no meu *campus*... que o curso de bacharelado de sistemas de informação, que o curso de tecnólogo de sistemas de informação...” [...] “Nós temos cinco cursos superiores, o Proeja tem um rendimento mais alto que três deles... E ninguém do *campus* contesta se vai abrir turma nova ou não nesses cursos. Mas contestam o Proeja... porque existe um pensamento hegemônico de que o Proeja não é parte orgânica do Instituto Federal. (CD 06).

Verificamos no relato anterior que um dos motivos da não oferta do Proeja está vinculado à visão meritocrática e não como orgânico do IFC. Essa hegemonia cultural revela uma dicotomia entre cursos direcionados para o Proeja e cursos técnicos ou superiores, demonstrando, assim, uma discriminação com a oferta do curso na modalidade EJA. É uma visão pautada em **racionalidade técnica**, que se refere à elitização do conhecimento, à discriminação de sujeitos e de cursos por meio de uma indisposição docente.

Sobre a comunicação que acontece quando há dialogicidade, os sujeitos responderam aos questionamentos seguintes: Como aconteceu a divulgação do curso Proeja no seu *Campus*?

Houve uma real comunicação com o público-alvo?

Em 2014, a gente fazia cartazes... com a folha A4, e ia falar sobre o curso, das vagas abertas... íamos nas escolas de ensino fundamental, colava aquele folheto nas padarias. Era através desse contato visual do aluno, daí um aluno passava para outro... pedíamos aos alunos se formando divulgar o curso... E assim foi indo... até 2016. A partir de 2018, eles começaram a tomar outras atitudes. Ir nas rádios, divulgando nas rádios, as coordenadoras foram em salas de aula de formação da EJA e divulgavam que existia o proeja e começaram a convidar os alunos a participarem... teve uma resposta boa assim... em 2017, começou a aumentar. (CD 04).

Nós íamos na igreja. Com o pastor ou com o padre e pedíamos para eles divulgarem, estimularem os jovens e adultos a procurarem o Instituto Federal. Tinha panfleto, conversa na rádio... Era quase no corpo a corpo. Para explicar como funcionava. Em algumas instituições, como a Epagri (Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural), que levava enfim para um agricultor. A gente procurou divulgar assim... (CG 05).

Eu ia com o professor de matemática... Eu entrava no fusca dele, um fusca antigo, e a gente ia nas rádios, nos bares, de um modo geral tem que ir aonde concentra a população mais simples, né? Não sejamos tolos. O aluno do Proeja não é o aluno da elite, né? Então a gente ia nos bairros mais afastados, nas mercearias, colava papel, falava com as pessoas. A gente fazia esse trabalho, certo? Mas a matrícula não acontecia! E às vezes não acontece. Duro mobilizar esse aluno. A culpa era nossa? Mas que diacho, né? A responsabilidade era da Instituição, né? Não é que a gente não vá fazer, mas é da Instituição... (CD 06).

Foi encaminhado no próprio EJA dos Municípios da região a possibilidade de esses alunos estarem participando do curso profissionalizante. (RD 07).

No Alto Vale... a divulgação foi feita em todo o Alto Vale. Nós fomos para Presidente Nereu, para Alfredo Wagner, foi para além do Alto Vale. Para Ituporanga, Atalanta, Santa Teresinha; para todos os municípios aonde a Epagri ia, alguém do IFC junto. (RD 08)

Percebemos nas falas que os entrevistados (docentes/gestores) participaram ativamente na divulgação do curso proeja com real **comunicação** com o público-alvo. O contato e o **diálogo** com o jovem e adulto foi o diferencial para mobilizar e promover o curso. Freire (1987) foi incentivador incansável do diálogo: “o diálogo é uma exigência existencial. Ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado...” (FREIRE, 1987, p. 45).

Sobre outra questão da pesquisa: Em algum momento, o Proeja (EJA-EPT) teve (ou tem) (in)disposição por parte de gestores e docentes no *Campus* para a sua oferta, como também para o atendimento ao público-alvo?

Eu ouvi de uma professora, as pessoas não percebem que elas discriminam... Uma professora da área mais técnica perguntou para outro colega: “Oi, fulano! ‘tás trabalhando com o Proeja?” Tô sim.” Então, ela continuou: “Mas tu, que tens pós-doutorado, trabalhando com esse pessoal aí?” Aquilo me deu um nó... mas acredito que ela não percebeu a discriminação. Porque ela era uma pessoa que brigava pelo aluno para não ser discriminado e, de repente, ela disse algo assim. Um absurdo. “Como que você tem pós-doutorado e vai trabalhar com esse pessoal aí?!” (SD 05)

Como já apresentado em outro excerto, o anterior apresenta, pela voz de SD 05, uma visão da EJA fundamentada na tradição positivista, exclusiva e **meritocrática**. Esse preconceito com o público da EJA-EPT já foi observado por Moura: “uma visão elitista de parte dos profissionais que integram a rede federal, os quais vinculam a entrada do público da EJA nessas instituições a uma ameaça à qualidade do ensino ali existente” (MOURA, 2012, p. 122).

Em continuidade, temos CD 06, SG 02 e RD 07, que se pronunciam:

Sim, sim, sim... Indisposição... tem professor que acha que o aluno do Proeja é mais burro... Ah, haja paciência com essas coisas assim, sabe?... Tem professor que acha o Instituto Federal uma universidade e que ele iria dar aula para um curso de graduação que é no “se vira”, né?!... Junto com isso, tem o preconceito, de achar que esse aluno não estudou porque era malandro ou ele não era inteligente. (CD 06).

Porque dá mais trabalho. É mais difícil, é mais complicado. E nós, que somos da área profissional, da área específica, nós não temos iniciação da didática, da pedagogia. Nós não temos formação adequada. Eu vejo, então, que falta formação. E acredito demais que o curso de proeja, para ser realizado com sucesso, ele tem que ser ofertado por uma equipe de docentes que gostem de atuar nessa área. Que tenham identificação nessa área. Porque fazer porque eu sou obrigado a fazer... porque aí o professor já chega com má vontade. Como eu falei, dá mais trabalho. Você precisa preparar sua aula de uma maneira completamente diferente. (SG 02).

Olha, se houve, eu não tomei conhecimento. O curso foi muito bem, o grupo que trabalhou foi bem aceito. (RD 07).

Um outro fator possível da não oferta do Proeja, foram as **(in)disposições** por parte de alguns gestores e/ou docentes para atuarem no curso por não se sentirem preparados, com uma formação adequada. Por isso, relataram a necessidade de identidade e de formação na área em alguns *Campi*, como nos casos de CD 06 e de SG 02. Em contrapartida, RD 07 apresenta disposição do *Campus* e a aceitação da equipe de gestores e professores para sua realização do curso.

A formação de professores se apresenta aqui como uma situação problemática, a qual é incerta quando:

a solução técnica de problemas depende da construção anterior de um problema bem-delineado, o que não é, em si, uma tarefa técnica. Quando um profissional reconhece uma situação como única não pode lidar com ela apenas aplicando técnicas derivadas de sua bagagem de conhecimento profissional. E, em situações de conflito de valores, não há fins claros que sejam consistentes em si e que possam guiar a seleção técnica dos meios. (SCHÖN, 2000, p. 17).

Dessarte, predomina a necessidade de construção anterior; no caso, a formação de docentes para atuarem no processo junto ao público da EJA. Ressaltamos também que os discentes da EJA necessitam se sentir incluídos como seres humanos no processo de aprendizagem, coexistindo a relação interativa na educação e entre as pessoas, assim como transformar as realidades de sujeito-mundo. Para Freire, todo ser humano se educa em

comunhão: “Ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 79).

Como complemento do conhecimento dos sujeitos, foi questionado sobre o porquê do não cumprimento, pelo *Campus*, da legislação vigente, especificamente, o Decreto 5.840/2006, que trata da obrigatoriedade de 10% do total das vagas de ingresso para o Proeja-EJA-EPT. A seguir, temos os extratos abaixo:

A gente sempre tentou e nas reuniões do CODIR sempre conversando com os diretores, no conselho de dirigentes, falando da importância da oferta... “É, mas os professores não gostam”, “Mas não é questão de gostar... Tá lá no contrato deles, eles precisam atender qualquer público... né?” Não importa se é superior, se é médio... Eles têm que atender. Aí, sempre foi com bastante sedução, mas no final foi por imposição... Quem fez isso foi a Reitora do IFSC. Quando ela percebeu que não ia por boa vontade dos diretores, ela impôs uma portaria. Mas não chega a 10 %... A oferta do Proeja na rede federal é muito baixa. (CG 05).

Foi um projeto que ele não decolou, como ele não era um projeto nosso, eu não sei ter dito quais são os fatores – era um projeto encabeçado pelo município... (SG 01).

E a gente fez muito debates, porque o governo sempre, na história, o governo traz pra rede federal, meio que de paraquedas. E a cenoura do burro, que vai na frente do burro é dinheiro. Então faz, que tem dinheiro. Eu lembro que na época compramos muito papel, estocamos papel para o *campus*. Até hoje a gente deve usar papel da época do Proeja. Porque tinha muito recurso para isso. Então faz, ganha dinheiro, não faz não ganha. Então eu vejo, a rede federal, os institutos federais, até hoje isso acontece assim, né. Licenciatura, tem que fazer. Bora fazer licenciatura... Como que faz licenciatura? Não sei, mas vamos fazer, damos um jeito. Eu vejo assim, né. A rede federal, ela sempre foi tratada assim pelo governo. Sempre foi tratada como pau para toda obra. Tem que fazer, bota lá para os institutos federais, que eles dão jeito. Dá um dinheiro para eles, que eles ficam felizes, que tudo funciona depois muito bem. Só que a gente sabe que do outro lado dessa equação bem macabra, do outro lado tem o aluno. Tem o aluno que precisa da gente, que cria expectativas, tem o aluno que deposita toda as esperanças em nós... (SD 02).

Gestão, né. Quando temos uma gestão despreparada, qual é a finalidade da função que está exercendo, se peca dessa forma? A questão da desistência, da evasão foi o ponto chave. “Ah, porque montamos uma turma e só tem metade...” A gente brigou muito por isso. Ele esqueceu que a escola tem uma responsabilidade. A escola não está na disponibilidade de bons resultados, mas de fazer o papel de escola pública. A escola pública não pode ver se vale a pena, precisa fazer. A escola pública tem que oportunizar para aqueles que não tiveram oportunidades. Foi um pecado o que a gente teve aqui. Não se conseguiu manter o Proeja, foi criado um outro curso, aquele de tecnólogo, um curso superior... (RD 07).

Eu penso que, para cumprir, você tem que tocar na essência do perfil desse jovem e adulto... que é trabalhador. A segunda oferta não aconteceu porque a forma de divulgação foi igual como é divulgado em todos os cursos do IFC. E essa forma, do meu ponto de vista, não chega aonde tem que chegar quando se trata de jovem e adulto excluídos e trabalhadores. (RD 08).

Nas falas de CG 05, SD 02, RD 07 e RD 08, permaneceu a perspectiva **humanizadora**, e percebemos que, mesmo com a determinação do Decreto 5.840/2006 em direcionar 10% do total das vagas para a modalidade EJA, as estratégias para “buscar” esses discentes e a oferta de novas turmas não aconteceram nos *campi*, visto que, para esse público, existe a necessidade

de uma busca onde os excluídos estão, ou seja, a busca faz parte do acolhimento desse público. Observamos também que, uma das razões de não ter dado certo o projeto do Proeja, foi pelo fato de que não houve novas buscas para implementar outros projetos de cursos que atendessem ao público da EJA, numa perspectiva de **racionalidade técnica**.

Ainda, a importância em ofertar não era bem recebida por parte dos gestores do Instituto, assim como as críticas feitas por ser de forma impositiva do governo, gerando desentendimentos entre gestores e docentes. Os extratos mostraram que tanto gestores como docentes necessitavam lidar com os problemas não tão baseados em técnicas. Almeida afirma que, na prática, não nos defrontamos com problemas genéricos, mas com situações específicas, que não podem ser solucionadas através da técnica, sempre considerada universal e passível de generalização. (ALMEIDA, 2001, p. 4).

Sobre a avaliação de demandas para a implantação do curso, considerando as peculiaridades da região do *Campus*, temos os fragmentos a seguir:

Sim, sim. Até junto de instituições de bairro, sabe? Centros comunitários... foi feita essa avaliação. Tem gente que se confunde e acha que eles se formam no técnico, mas não são técnicos, são qualificados. Quando eu comecei a trabalhar no IFC, eu vi que tinha curso de auxiliar de cozinha, curso FIC de camareira. Daí eu pensei que são profissões tão simples... Quem é que precisa de um curso FIC de camareira? Se é para arrumar a cama... Quem precisa do curso FIC de auxiliar de cozinha? Quem não sabe picar uma cebola? Mas daí eu entendi: quando alguém vai se inscrever em uma vaga de emprego, auxiliar de cozinha, e você tem o curso de qualificação e a outra pessoa não tem... isso já te dá uma vantagem... (CG 04).

Então a oferta foi em agroindústria, que eles gostam... faz queijinho, iogurte, já tem as doceiras ali... E a outra qualificação profissional foi em informática. Informática não deu certo para aquele público. Em seguida, a gente já excluiu essa qualificação. E a gente foi tentando outras. (CG 05).

Percebemos, na fala CG 04 e CG 05, que foi levada à comunidade a discussão para os cursos de qualificação, ou seja, foram avaliadas as peculiaridades da região para a oferta da qualificação do Proeja, o que demonstra a importância de humanizar os processos. Entretanto, para a maioria dos *campi*, a decisão pela oferta dos cursos de qualificação na modalidade EJA-EPT era decidida pelos cursos já existentes no próprio *campus*, em uma perspectiva da **racionalidade técnica**.

Em princípio, como tínhamos que ofertar, a gente faz com o que tem em casa, né? Docente, na época eram os professores de agropecuária e informática. (CG 05).

Na época, nós éramos Escola Agrotécnica. E nós tínhamos 3 cursos. Técnico em agropecuária, técnico em agroecologia e técnico florestal. Se optou pelo técnico em agropecuária, porque nós tínhamos espaço disponível para assumir uma nova turma." (RD 07).

Naquela época, a gente fez com o que tinha. Informática tem maior carga horária, maiores números de professores sobrando, bora, faz informática, então virem-se. A

gente chegou na turma sem nem uma reunião de conceito, o que é o Proeja. O Proeja são pessoas que não estudaram na sua época... Te vira, vai, segue” (SD 02).

Tal decisão de ofertar cursos de qualificação com corpo docente já existente na própria Instituição acelerou a implantação do curso na modalidade EJA nos *Campi*, sendo essa também uma limitação, porque, com corpo docente habilitado para cursos específicos, não existe condições de extrapolarem outras áreas. Finalizamos esta análise corroborando que a formação técnica-científica não é antagônica à formação humanista dos homens, desde que ciência e tecnologia, na sociedade revolucionária, devem estar a serviço de sua libertação permanente e de sua humanização. (FREIRE, 1987, p. 90).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, debruçamo-nos em diversas leituras sobre a EJA-EPT, abarcando as legislações, resoluções, diretrizes, decretos e pareceres. Compreendemos também, que, a luta social por políticas públicas em defesa da EJA possui um longo processo histórico marcado por um cenário de exclusão dos estratos menos favorecidos do acesso à educação básica, gratuita e de qualidade.

Os bastidores do Proeja (EJA-EPT) estão direcionados para ofertar a educação profissional ao trabalhador e à trabalhadora, jovem ou adulto, com o objetivo de promover a profissionalização (educação profissional técnica de nível médio) com a educação geral (no nível fundamental e médio), e, inserido nesse propósito, oportunizar a conclusão da educação básica.

Entretanto, apesar de essa modalidade de ensino estar garantida nas legislações, entendemos ser necessário que o Proeja (EJA-EPT) mantenha a continuidade e o enfoque para a formação integral, a valorização do indivíduo em todas as suas dimensões, e não somente em situações de atendimento à legislação, pois verificamos nas falas dos entrevistados total entendimento referente às legislações e à obrigatoriedade da oferta do programa na modalidade EJA-EPT pelos Institutos Federais.

Após as narrativas dos entrevistados e as análises vislumbrando as categorias humanizadora e racionalidade técnica, identificamos que a maioria dos sujeitos desta pesquisa possuem uma visão mais humanizadora. A racionalidade técnica apareceu em alguns momentos nas narrativas e situações comentadas nas entrevistas, envolvendo quesitos da não oferta do Proeja no IFC, a (in)disposição docente e/ou gestores e a legislação vigente que instituiu a obrigatoriedade de ofertar 10% das matrículas para a EJA.

Relembramos o objetivo proposto nesta pesquisa: compreender e analisar os motivos que levaram o IFC, a partir do estudo de três *Campi*, a não atingir os índices preconizados pelo Decreto 5.840/2006. Elencamos alguns motivos obtidos: a falta de formação para os docentes, as (in)disposições de gestores, servidores e docentes para a implantação do curso e o preconceito com o público da EJA, que serão explicitados no decorrer do texto. Pontuamos que o produto educacional produzido pelas entrevistas com os egressos foi validado e encontra-se no Apêndice F.

Um dos motivos identificados para a não oferta do Proeja (EJA-EPT) foi a compreensão de que a modalidade EJA ainda seria vista como “menos importante”, com perspectiva meritocrática e com elevado índice de evasão. Entretanto, o termo “evasão” desses discentes

pode ser entendido como interrupções determinadas por situações inusitadas, e que, quando solucionadas, o mesmo discente volta para a conclusão de seus estudos. Consideramos importante o excerto da entrevistada (CD 06): “A evasão na Educação de adultos não pode ser pensada como evasão; ela tem que ser pensada como ‘flutuação’. Porque é diferente... o aluno do Proeja não evade, ele “flutua”, tem seus momentos de parar e continuar”.

Outro fator preponderante para a não ofertar o curso na modalidade EJA-EPT foi a resistência de gestores e a (in)disposição de docentes para a implantação do curso. Vários relatos das entrevistas mencionaram que a implantação do Proeja (EJA-EPT) foi realizada de maneira impositiva do governo por meio do Decreto 5.840/2006, sem a devida formação pedagógica dos docentes envolvidos.

Em um excerto da entrevista, CD 06 narra: “Porque, veja, um professor que fez doutorado vai querer dar aula no Proeja?” e continua: “as camadas populares, que têm uma maior dificuldade de inserção são as que precisam do professor mais bem preparado... Então isso de que o professor faz doutorado e mestrado não quer dar aula no Proeja é uma tolice...” Consideramos lastimável que alguns profissionais inseridos nas Instituições de ensino tenham uma compreensão equivocada em relação aos discentes da classe trabalhadora. É necessário modificar essa cultura e compreender que a educação é um direito subjetivo estabelecido e previsto na Constituição Federal para todos e todas, sem distinção.

Verificamos nesta pesquisa, por meio das falas dos egressos, gestores e docentes, que, no início da oferta do Proeja, os discentes não se sentiam “pertencentes” ao IFC, pelo motivo que a Instituição já possuía regras consolidadas e estabelecidas. Atualmente, no *Campus* que oferta proeja -EJA-EPT, o Campus Camboriú, os cursos foram (re)organizados, assim como foram avaliadas as maneiras para divulgação com ativa participação da comunidade na discussão e na implantação de novos cursos.

As diversidades e as especificidades existentes nos discentes passaram a ser reconhecidas tanto pela coordenação como pelo trabalho realizado pelos mediadores do Proeja (EJA-EPT) em função da abertura de mais cursos. Salientamos que a função do professor mediador, considerando a entrevistada CD 06, significa: “mediar a relação do aluno com o conhecimento e conseguir levar essa relação de forma propositiva para os planejamentos, e fazer com que isso volte para a sala de aula como possibilidades de construção interdisciplinar de conhecimento.”

Por meio desta pesquisa, verificamos que o *Campus* que oferta o Proeja (EJA-EPT) (*Campus* Camboriú) promove o acolhimento e a permanência dos discentes EJA com ações, a exemplo do fornecimento de alimentação, com o PAE (Programa de assistência estudantil),

com as equipes de apoio pedagógico, englobando assistentes sociais, psicólogas e o serviço odontológico.

Esclarecemos que, no início desta pesquisa, em 2019, o IFC ofertava o Proeja (EJA-EPT) nos *Campi* de Abelardo Luz – qualificação: ambiente e saúde; Camboriú – qualificação: controle e processos industriais, recursos naturais e segurança; Ibirama – qualificação: gestão e negócios; e São Francisco do Sul – qualificação: gestão e negócios.

Sendo importante ressaltar que, no ano de 2019 *Campus* Blumenau iniciou a oferta do curso na modalidade EJA-EPT com a Qualificação Profissional em Eletricista Industrial; o *Campus* Videira iniciou a oferta em 2021 com o curso em Auxiliar Administrativo e o *Campus* Fraiburgo com a qualificação em operador de computador. Ainda, no IFC, estão tramitando debates referentes ao projeto Pactuação da EJA “Qualificação Profissional integrada ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos das Redes Municipais e Estadual de Educação de Santa Catarina”, o qual prevê seis projetos de cursos Proeja (EJA-EPT) em parceria com a Rede Estadual e as secretarias Municipais.

Essa pactuação prevê no mínimo 300 vagas, que serão distribuídas em seis *Campi* do IFC e em dez cursos distintos. Os PPCs (Propostas Pedagógicas Curriculares) estão em fase de apreciação das instâncias colegiadas do IFC, com previsão para início dos cursos no mês de setembro de 2021. A parceria de colaboração e integração entre os entes federados significa uma alegria e vitória para o público da EJA, porque sabemos que os cortes na educação se ampliam ano após ano.

Para pesquisas posteriores, sugerimos aprofundar a permanência e o êxito dos discentes do Proeja (EJA-EPT). Mesmo não sendo o foco desta pesquisa, algumas sugestões de egressos, por meio das entrevistas realizadas, e que consideramos importante trazer, são: a) sala apropriada de acolhimento para filhos e filhas dos discentes; b) separação em alojamentos das turmas da EJA por idade; c) a localização das salas da EJA; e d) um currículo que atenda às necessidades desse público.

Em nossa cultura, os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos ainda são responsabilidades das mulheres, e, dessa maneira, as discentes do sexo feminino (de todos os cursos) necessitam de apoio e acolhimento diferenciado quando estão estudando e amamentando seus filhos. Os alojamentos dos estudantes da EJA possuem faixas etárias muito diferenciadas, podendo gerar conflitos, e (re)pensar uma organização, considerando essa heterogeneidade, poderia ser estratégico para dirimir conflitos entre os discentes.

A localização das salas foi outro ponto mencionado pelos egressos e docentes nas entrevistas. Pela obrigatoriedade das legislações, por vezes, as Instituições escolares não estão

preparadas estruturalmente para implantar novos cursos e receber discentes EJA. À vista disso, as salas destinadas para atendimento desse público são de certa forma “ajeitadas”. Porém, concordamos que a EJA necessita conviver diariamente com o fluxo de pessoas e outros discentes de uma Instituição escolar, e não isolados, naquela última sala, com corredor escuro, lembrando o antigo Mobral.

Entendemos que o êxito e o sucesso da implantação de cursos voltados para jovens e adultos ainda carecem de esforços do governo, engajamento de gestores, docentes, servidores e da comunidade externa. É um tema que necessita novos estudos e pesquisas, a fim de que possamos obter um melhor entendimento, maneiras de solucionar problemas, assim como reverter esse cenário brasileiro em que milhões de trabalhadores, homens e mulheres, jovens e adultos foram excluídos da educação básica, um direito subjetivo.

E ainda, inserido nesse termo “jovens e adultos”, verificamos um indicativo de que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível, sim, se formar, se desenvolver, adquirir conhecimentos, habilidades, competência e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e do reconhecimento do outro como sujeito. (BRASIL, 2000, p. 12). Porque uma das formas de combater a desigualdade social que assola nosso país é oportunizar escolarização e a qualificação àqueles que não tiveram oportunidades de concluir os estudos, preparando-os para serem sujeitos de si e aptos para o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 223 p.

ALMEIDA, C. M. C. A problemática da formação de professores e o Mestrado em Educação da UNIUBE. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2001. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/26/492>. Acesso em: 25 jun. 2021.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. v. 5.

BESSA, Bráulio. Recomece. **Recanto do poeta**. Disponível em: <https://recantodopoeta.com/recomece/>. Acesso em: 5 maio 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. Tradução: Maria Alice Nogueira; Afrânio Catani. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução: Daniela Kern; Guilherme. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 560 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 23 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de jovens e adultos- Projea, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004. Brasília, DF: Presidência da

República, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5478-24-junho-2005-537577-norma-pe.html>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964**. Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968**. Provê sobre a transferência de estabelecimentos de ensino agrícola para Universidades e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62178-25-janeiro-1968-403729-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 5.692,11 de agosto de 1971**. Fixa Diretriz e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 7.044,18 de outubro de 1982**. Alteram dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília, DF: Presidência da República, 1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967**. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Brasília, DF: Presidência da República,

1967. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 8.670 de 30 de junho de 1993**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18670.htm. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Brasília, DF: MEC, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: documento base. Brasília, DF: MEC, dez. 2007. 59 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

CAPES. **Documento da Área de Ensino**. Brasília, DF: Capes, 2013.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (org.). **Ensino médio integrado**. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipatória. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/artic le/view/8463/7770>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 228-248, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2729/2296>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução: Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. Ed. Boitempo, 1999. (Coleção mundo do trabalho).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

2004. v. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Sobre o IFC**. Florianópolis: IFC, 2019. Disponível em: <http://ifc.edu.br/sobre-o-ifc/>. Acesso em: 26 set. 2019.

KUENZER, Acácia Z. (org.). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCOLLA, Valdinei. O processo de implantação do Proeja e os reflexos da cultura escolar. *In*: REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED, 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais** [...]. Porto de Galinhas: ANPEd, 2012. Trabalho apresentado no GT 5: estado e política educacional. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt05-2519_int.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Dicionário Interativo da Educação Brasileira. [Portal] **Educa Brasil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Natal, ano 23, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MOURA, Dante Henrique. Proeja: entre desafios e possibilidades. **Holos**, Natal, ano 28, v. 2, p. 114-129, 2012. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914/536>. Acesso em: 25 jun. 2021.

OLIVEIRA, Fátima Peres Zago. **Pactos e impactos da iniciação científica na formação dos estudantes do ensino médio**. 2017. Tese (Doutorado em Educação Científica Tecnológica) – Programa de Pós-graduação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/179899>. Acesso em: 25 jun. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Edna Castro de; CEZARINO, Karla Ribeiro de Assis. Os sentidos do Proeja: possibilidades e impasses na produção de um novo campo de conhecimento na formação de professores. *In*: REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED, 31., 2008, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPED, 2008. p. 1-18. Trabalho apresentado no GT 18: educação de pessoas jovens e adultas. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT18-4782--Int.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. 2019 (ano base 2018) e 2020 (ano base 2019). Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 20 fev. 2021.

RODRIGUEZ, Lúcia Mercedes. Educação de jovens e adultos na América Latina: políticas de melhoria ou de transformação; reflexões com vistas à VI CONFINTEA. Tradução: Beatriz Cannabrava. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 326-396, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZLysc7BtTsNTj56FDFfj67v/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000. 256 p.

SILVA, R. M. G.; FERREIRA, T. Formação de professores de Química: elementos para a construção de uma epistemologia da prática. **Contexto & Educação**, ano 21, n. 76, p. 43-60, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1095>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SILVA, Maria Luzinete da. **Currículo integrado e formação continuada de professores: entre desafios e sonhos no Proeja IFPA**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5855>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SILVA, Vânia do Carmo Nóbile. **A Implementação do Proeja na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: visão dos gestores**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_5d083516226a1ebda7e314e21885de9f. Acesso em: 25 jun. 2021.

VERGUEIRO, Waldomiro. De marginais a integrados: o processo de legitimação intelectual

dos quadrinhos. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-17. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300921069_ARQUIVO_HistoriasemQuadrinhosANPUH2011.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa. **A não consolidação do Proeja como política pública de Estado**. 2014. 253 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Aqui neste tópico, temos por objetivo descrever a caminhada para o desenvolvimento do Produto Educacional e quais foram as motivações e definições que nos levaram a modificar este produto após a qualificação: a escolha, os desafios e as reflexões que nortearam e surgiram no percurso.

Para o documento da área de ensino Capes, o trabalho de conclusão do Mestrado Profissional é distinto do Mestrado Acadêmico. O mestrando necessita desenvolver um processo ou produto educativo e aplicá-lo nas condições reais da sala de aula ou de espaços não-formais ou informais de ensino. O produto pode ser: uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, uma história etc. O trabalho final deve constar o relato fundamentado da experiência, onde o produto educacional foi aplicado pelo mestrando (CAPES, 2013, p. 24).

Sendo um Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), nossa proposta é que o Produto Educacional atenda ao público alvo da EJA-EPT do IFC, criando uma interface de comunicação de valores sociais diante dos desafios da atualidade, fazendo uso das palavras de Freire (1987, p. 108):

A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. O homem, afinal, no mundo e como mundo. O seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto.

As entrevistas com os discentes egressos da EJA-EPT do IFC delinearam e consolidaram a elaboração do Produto por três motivos:

- a) Percebemos, na pesquisa em si, que as histórias e trajetórias dos discentes e egressos da modalidade de jovens e adultos- EJA-EPT são muito importantes e necessitavam de mais espaço em nosso produto educacional. Queríamos mostrar como as histórias de vida são parecidas: luta, persistência e esperança de uma vida melhor;
- b) Queríamos que o produto educacional instigasse a curiosidade pela leitura da história, fosse de fácil compreensão, acolhedor e lúdico, com uma linguagem simples, de fácil assimilação e compreensão, voltada ao público-alvo;
- c) E, finalmente, queríamos produzir diretrizes orientadoras para o ingresso nos cursos da modalidade de jovens e adultos proeja (EJA-EPT) no IFC, com as dúvidas frequentes e pertinentes dos discentes, e inseridas no contexto, de uma forma mais pedagógica.

Sendo assim, o produto educacional está apresentado numa História em Quadrinhos

(HQ), na forma digital, inspirada nas narrativas oriundas das entrevistas com egressos da EJA-EPT do IFC. Para Vergueiro (2011), a narrativa pessoal, com relato de vida e memórias se traduz em um gênero que adquiriu força nas HQs e que, mesmo sendo lúdicas, as HQs inicialmente não eram muito apreciadas nas camadas intelectuais da sociedade:

Por décadas, as histórias em quadrinhos padeceram a indiferença das camadas intelectuais da sociedade, apesar de representarem a continuidade de uma longa tradição de manifestações iconográficas, cuja gênese pode ser encontrada nas pinturas das cavernas do homem pré-histórico e ter seus antecedentes em diversas formas de manifestações artísticas, como as colunas de Trajano, a Tapeçaria de Bayeux, o Livro dos Mortos. (VERGUEIRO, 2011, p. 1).

Destarte, as HQs são repletas de personagens, enredo diferenciados, cenas e cenários, além dos bastidores. Segundo Goffmann (1985), a vida é simplesmente assim: apresenta coisas reais e, muitas vezes bem ensaiadas. No palco, um ator se apresenta sob a máscara de um personagem para personagens projetados por outros atores. O papel que um indivíduo desempenha é feito de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes e ainda esses outros constituem a plateia.

A forma tradicional para produzir HQs são quadros com textos narrativos na forma de discurso direto e diálogos entre os personagens com o uso de metáforas, onomatopeias, balões, muitas cores e ambientes diversos de interação. Inevitavelmente, com suas histórias reais ou de ficção, do bem sobre o mal, de mocinhos ou bandidos, nos levam para diversos ambientes com potencial de divulgação de valores sociais ensejando discussões e aprendizados sobre problemas atuais na sociedade relacionados a cultura, ao meio ambiente, a saúde pública ou política. A verdade é que as HQs são um veículo de comunicação de fácil compreensão que conquistam as pessoas, independentemente da idade.

A validação do Produto Educacional para esta pesquisa foi realizada junto aos docentes, gestores e egressos, por meio do formulário eletrônico *Google forms*, com o *link* da HQ. Foram elaboradas seis questões fechadas, formadas por opção de resposta (sim/não) e uma questão aberta para sugestões, críticas e elogios. O questionário e a validação do Produto Educacional estão no Apêndice F, e a HQ em formato editável segue ao final deste documento. Nossa intenção é que a HQ esteja disponível no site do IFC e seus 15 *Campi*, na sua forma digital, acolhendo, auxiliando e facilitando o entendimento das etapas e as formas de ingresso nos cursos da modalidade de educação de jovens e adultos proeja (EJA-EPT).



**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**Dos cenários aos bastidores da EJA-EPT: uma história de
resiliências, (re)começos e ressignificações.**

Roteiro: Karin Tyeko Anami

Orientadora: Prof^ª. Dra. Fátima Peres Zago de Oliveira

Blumenau – SC

Maio 2021

Arte e arte-final: Izaías Marques de Paula (Zazá)
e-mail: izaíasmarquesp@gmail.com

Financiamento: UNIEDU

A533d

Anami, Karin Tyeko.

Dos cenários aos bastidores da EJA-EPT: uma história de resiliências, (re)começos e ressignificações.
/ Karin Tyeko Anami. - Blumenau, 2021.

15 p.: il.

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto
Federal Catarinense, Blumenau, 2021.

Orientadora: Profª. Drª. Fátima Peres Zago de Oliveira

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. PROEJA. 3. Inclusão. 4. Permanência. 5. História em
quadrinhos. I. Oliveira, Fátima Peres Zago de. II. Instituto Federal Catarinense. III. Título.

CDD 374

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Shyrlei K. Jagielski Benkendorf – CRB 14/662

Dos cenários aos bastidores da EJA-EPT: uma história de resiliências, (re)começos e ressignificações.

Este Produto Educacional, conforme o documento de área da CAPES, se enquadra na categoria de material textual, em formato HQ- História em quadrinhos. Seu público alvo são os alunos da Educação de Jovens e Adultos- EJA-EPT do Instituto Federal Catarinense.

O objetivo primordial deste Produto Educacional é acolher, incentivar, e dirimir as dúvidas frequentes referente ao curso na modalidade EJA-EPT (PROEJA). Seu roteiro foi inspirado em entrevistas com egressos do EJA-EPT (PROEJA) dos *Campi* em estudo, e está diretamente relacionado com trajetórias de vida, com enredo, personagens, cenas e cenários, como também seus bastidores.



ANTÔNIA
ADULTA

2014



ANTÔNIA
JOVEM

2014

HELENA



JOSÉ
DANIEL



PEDRO

A stylized, handwritten signature in black ink, possibly reading 'ZMA'.

VIOLETA



2014



SERVIDOR
IFC
MARCOS

2024

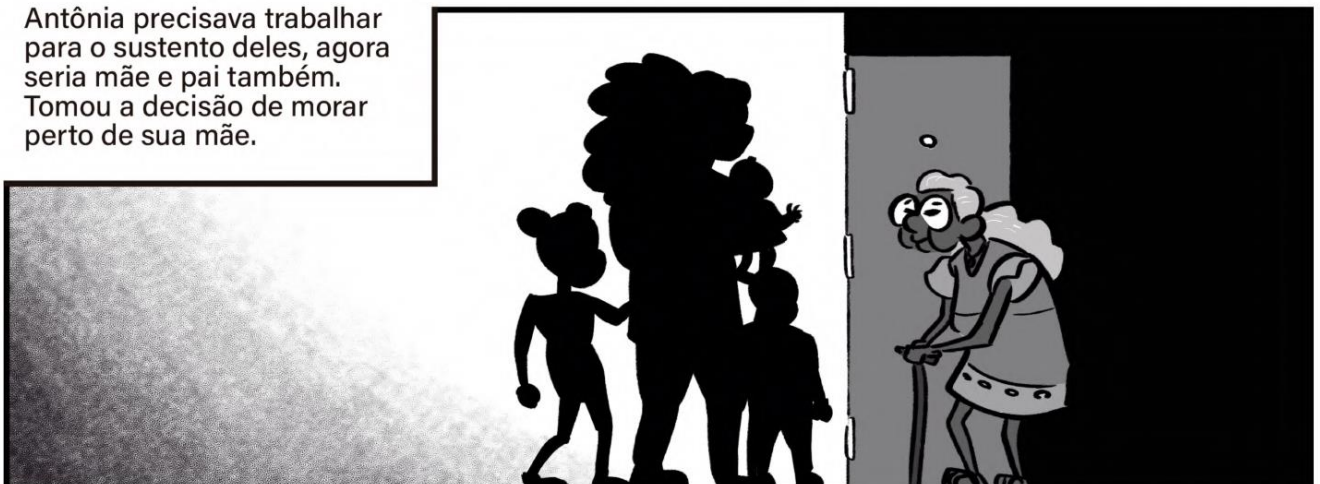
Dos cenários aos bastidores da EJA-EPT: uma história de resiliências, (re)começos e ressignificações.

Caro leitor, apresento aqui a história de Antônia: mulher, esposa, mãe e trabalhadora. Nasceu e cresceu na lavoura. Sendo a filha mais velha de pais agricultores desde muito cedo precisou cuidar dos irmãos menores. O trabalho árduo significava o sustento da família e desse modo estudar ou frequentar a escola era quase impossível, mas Antônia gostava de estudar e com muito esforço terminou o ensino fundamental por meio da EJA (Educação de Jovens e Adultos) no Município onde morava.



Entretanto Antônia cresceu, e constituiu uma família. Mas o casamento de Antônia não estava bem e seu marido foi embora. Apesar das adversidades, Antônia juntou todas as suas forças para cuidar e criar os seus 3 filhos: Helena, de 10 anos, José Daniel com 5 anos, e o Pedro de 1 ano.

Antônia precisava trabalhar para o sustento deles, agora seria mãe e pai também. Tomou a decisão de morar perto de sua mãe.



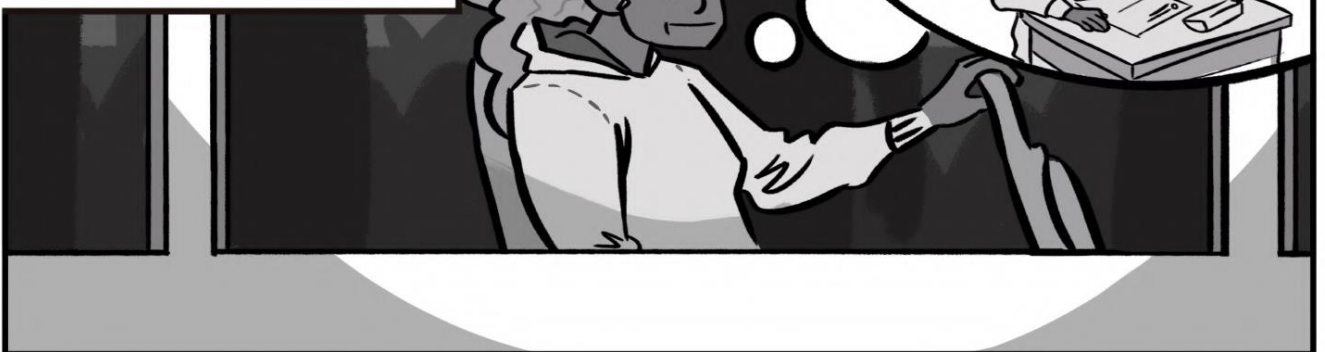
Antônia então, conseguiu emprego em uma escola como ajudante de cozinha, à tarde trabalhava como diarista e a noite limpava uma clínica odontológica.



Seus filhos ficavam o dia inteiro na creche e à noite ela podia contar com a sua mãe para cuidar deles até voltar do trabalho.



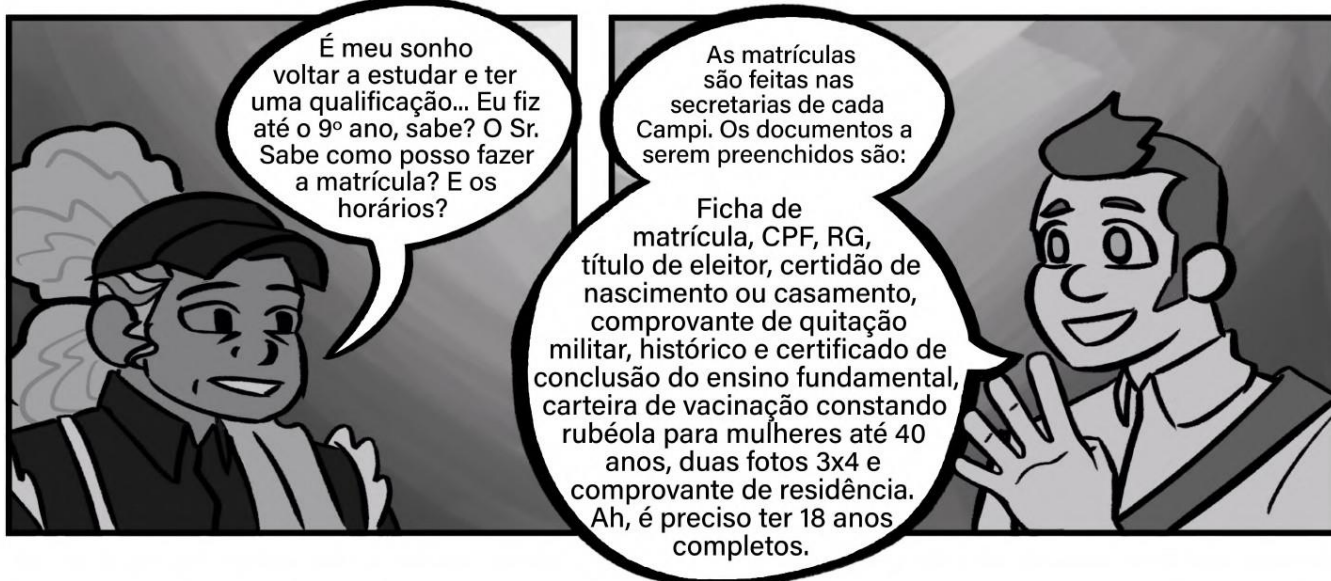
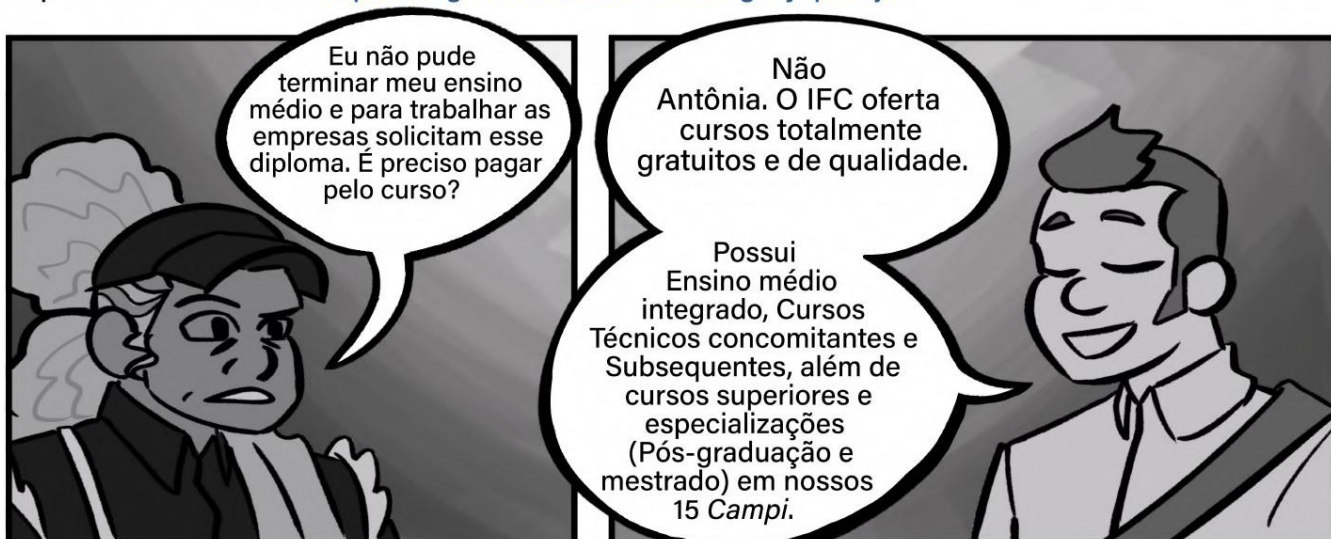
Como toda mulher, Antônia trabalhava muito para que não faltasse nada aos seus filhos. Mas seu sonho era voltar a estudar e conseguir um emprego melhor e assim ficar mais tempo com seus filhos que tanto amava.



Em um dia trabalhando na clínica odontológica Antônia encontra um servidor do Instituto Federal Catarinense – IFC, deixando folders e panfletos com a recepcionista sobre um curso para a Educação de Jovens e Adultos- EJA-EPT. Ficou muito interessada e puxou conversa.



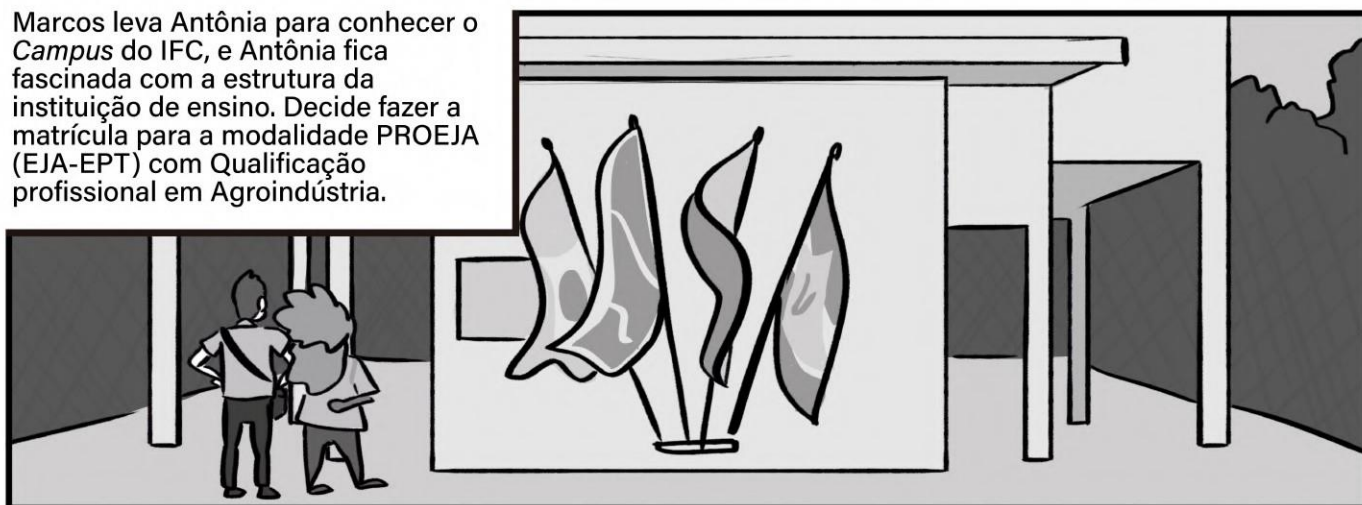
Aqui nesse link você encontra todas as informações sobre o nosso Instituto: <https://ifc.edu.br/> e aqui sobre o PROEJA: <https://ingresso.ifc.edu.br/category/proeja/>



Qualquer dúvida você pode ligar para o Campus e conversar com o servidor. Os horários estão disponíveis no site <https://ifc.edu.br/nossos-campus/>

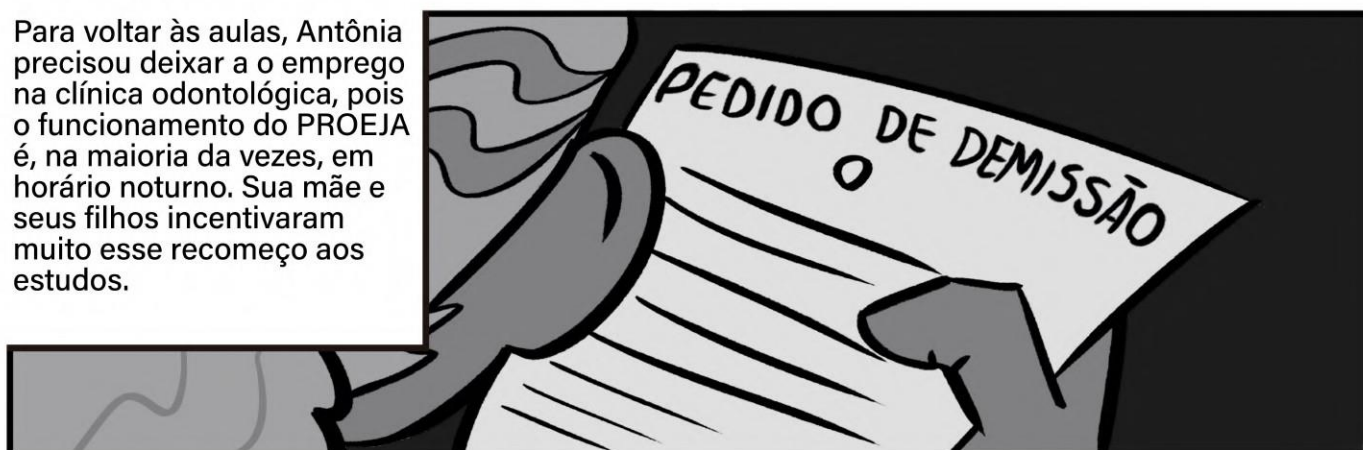


Marcos leva Antônia para conhecer o *Campus* do IFC, e Antônia fica fascinada com a estrutura da instituição de ensino. Decide fazer a matrícula para a modalidade PROEJA (EJA-EPT) com Qualificação profissional em Agroindústria.

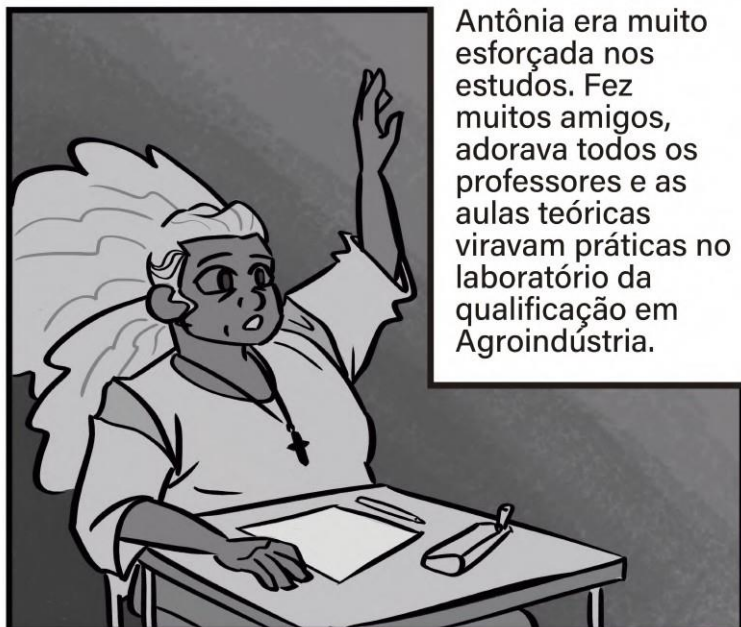


Aqui nesse link você encontra todos os nossos cursos: <https://ingresso.ifc.edu.br/o-ifc/>

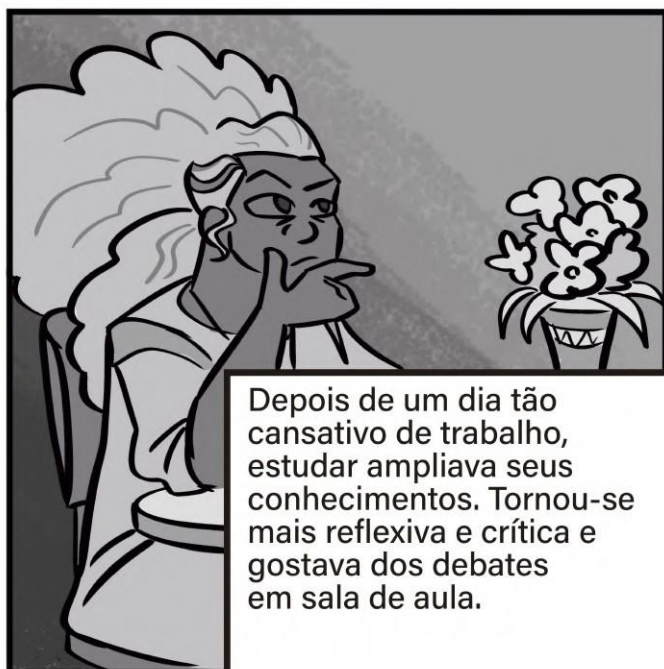
Para voltar às aulas, Antônia precisou deixar o emprego na clínica odontológica, pois o funcionamento do PROEJA é, na maioria das vezes, em horário noturno. Sua mãe e seus filhos incentivaram muito esse recomeço aos estudos.



Sabemos porém que, voltar a estudar depois de um dia inteiro de trabalho, não é nada fácil. Contudo, Antônia queria muito conquistar esse sonho. Após voltar da aula, Antônia abraçava seus filhos (que já se encontravam dormindo) e mesmo cansada, organizava a casa e fazia uma comida para o dia seguinte. Antes de dormir, lia e revisava todo o conteúdo do aprendizado do dia.

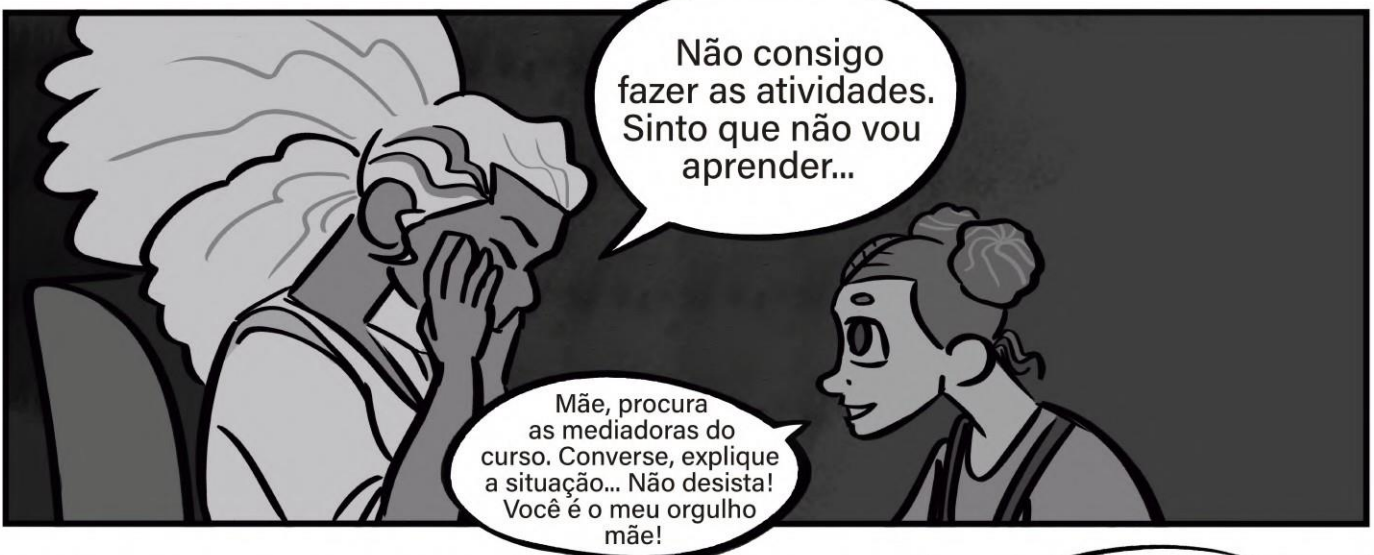
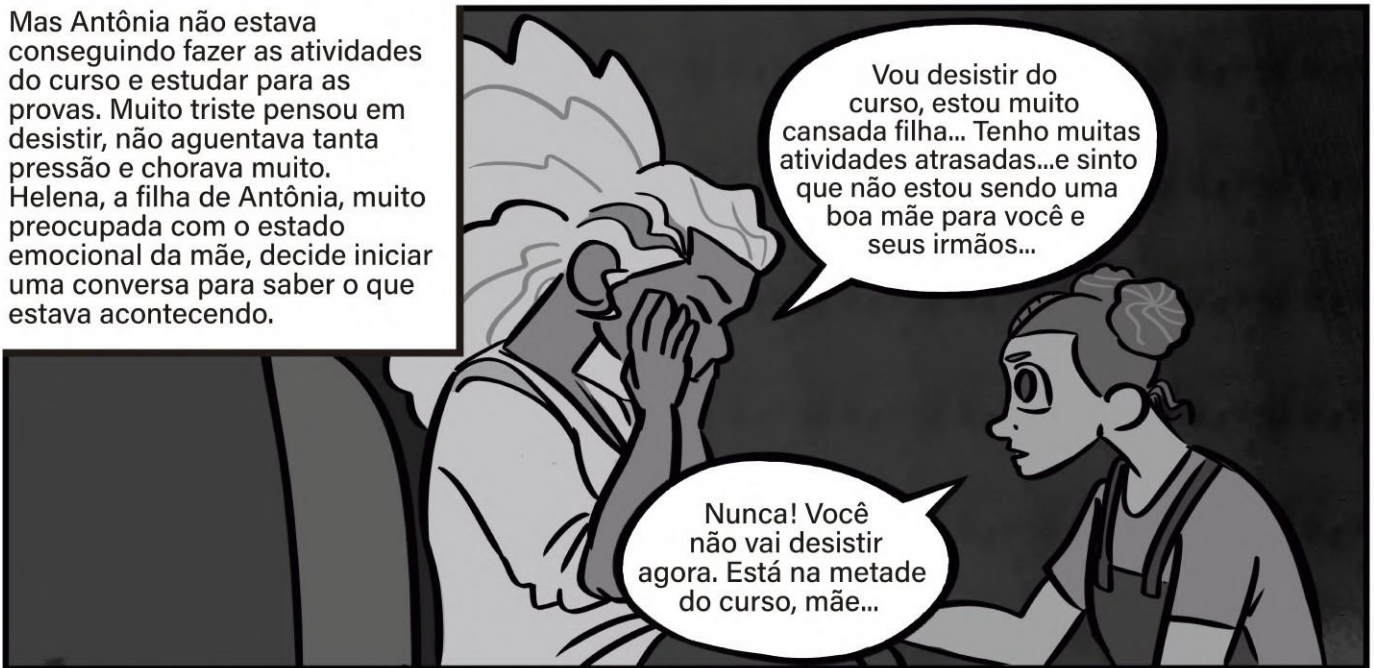


Antônia era muito esforçada nos estudos. Fez muitos amigos, adorava todos os professores e as aulas teóricas viravam práticas no laboratório de qualificação em Agroindústria.

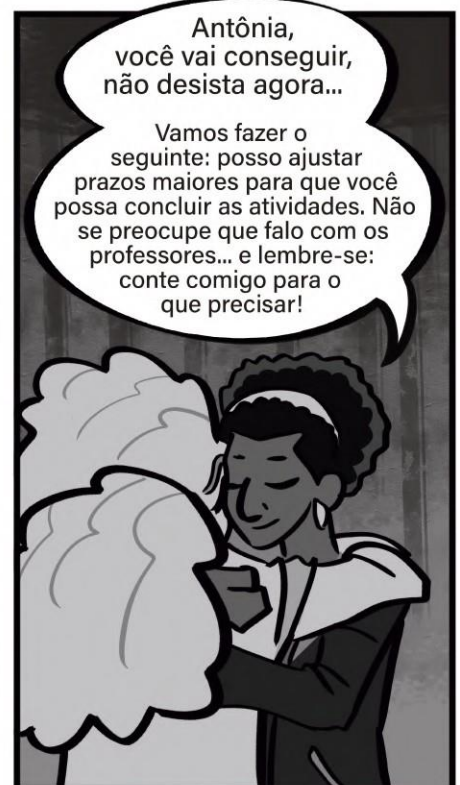
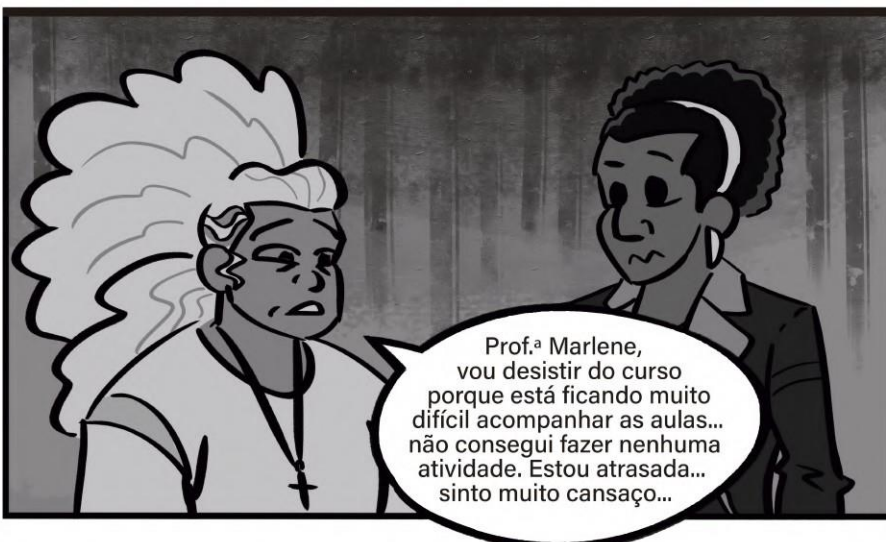


Depois de um dia tão cansativo de trabalho, estudar ampliava seus conhecimentos. Tornou-se mais reflexiva e crítica e gostava dos debates em sala de aula.

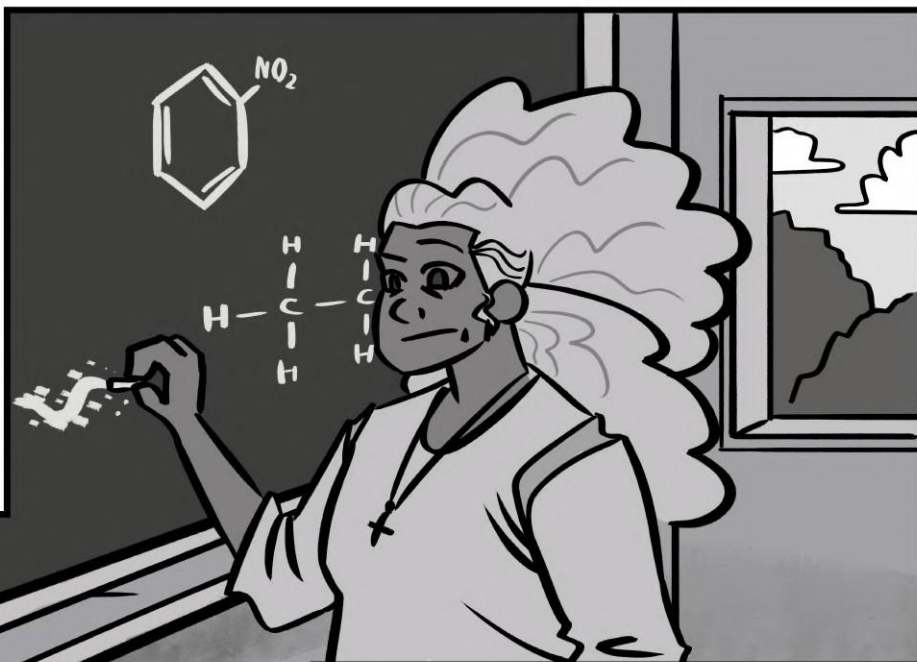
Mas Antônia não estava conseguindo fazer as atividades do curso e estudar para as provas. Muito triste pensou em desistir, não aguentava tanta pressão e chorava muito. Helena, a filha de Antônia, muito preocupada com o estado emocional da mãe, decide iniciar uma conversa para saber o que estava acontecendo.



Então, Antônia reuniu suas forças e foi conversar com a mediadora, a Prof.^a Marlene no *Campus* do IFC. O papel da Mediadora é intervir e ajudar, tanto o aluno como o professor. A mediação é o conteúdo e a forma de expressar os diferentes temas para a realização do ato educativo no horizonte da educação percebida como participação, criatividade, expressividade e racionalidade.



Antônia então, decidiu continuar no curso pelo apoio da mediadora e da família. Tem muitos sonhos pela frente, não pode desistir agora. Depois da conversa com a mediadora Prof.^a Marlene, Antônia ficou mais confiante, seu medo era fracassar novamente. Os Alunos da modalidade de jovens e adultos necessitam ter um olhar diferenciado quando o assunto é ensino e aprendizagem. Precisam de apoio e compreensão de todos.



Antônia continuou firme nos estudos, fez muitos amigos e percebeu que esses amigos também possuíam trajetórias de vida sofridas. Adorava a troca de conhecimentos dos alunos com os professores. O aprendizado era constante.

E quando percebeu já estava no último semestre. Logo aconteceria a tão esperada formatura. Um sonho realizado! Estava muito feliz por essa etapa vencida. Agora poderia fazer o ENEM ou vestibular e prosseguir em um curso superior! Queria muito fazer Pedagogia e se tornar professora...



Fim.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA CAMPUS RIO DO SUL

Sendo a EJA-EPT fomentada pelo Decreto nº 5.840/2006 -que instituiu o Proeja e remeteu aos IFs a obrigação de oferecer 10% das vagas de ingresso (total das matrículas) da instituição, segue o roteiro das questões que serão realizadas com os gestores e docentes responsáveis pelos *Campi* escolhidos para esta pesquisa.

Identificação do entrevistado:

- Função do Entrevistado no Proeja: () Professor () Gestor (DDE, CGE)
- Ano de atuação no Proeja: _____
- Participou da elaboração do PPC do Proeja? () Sim () Não
- Participou da implantação do Proeja? () Sim () Não

Questões para a entrevista:

- 1- Sabendo da necessidade de oferta do Proeja pelos IFs, o que você me diz sobre: Por que, para que e para quem o Proeja?
- 2- Como você define o Proeja?
- 3- Você vê relevância em oferecer Proeja? Justifique.
- 4- Qual o perfil do público-alvo do Proeja? Justifique.
- 5- A comunicação acontece quando há dialogicidade. Como aconteceu a divulgação do Curso Proeja no seu Campus? Houve uma real comunicação com o público alvo? Discorra.
- 6- Em algum momento, o Proeja teve (ou tem), (in)disposição por parte dos gestores e docentes no Campus para sua oferta? E para o atendimento do público alvo?
- 7- O que você sugere como estratégias de divulgação para o público do Proeja? Você se propõe a divulgar o curso, caso seja proposto nova turma? (JUSTIFICA O PRODUTO)
- 8- Quais os requisitos analisados para a escolha do Curso no campus? (Estudo de demanda, docentes com formação para atuar no curso).
- 9- Como foi elaborado o PPC do Proeja no campus? Os docentes se envolveram e/ou se mobilizaram pela criação dos cursos Proeja?

Recepção de alunos do Proeja

- 10- Como aconteceu a recepção dos alunos do Proeja? Quais as principais necessidades deles? Quais sugestões você daria para uma nova turma?
- 11- No seu ponto de vista, por que o Campus ainda não cumpriu a legislação vigente que trata da obrigatoriedade de 10% do total das vagas de ingresso para a EJA-EPT?
- 12- Qual a sua compreensão sobre a relação trabalho e educação? O Proeja tem a ver com essa relação?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA CAMPUS SANTA ROSA DO SUL

Identificação do entrevistado:

- Função do Entrevistado no Proeja: () Professor () Gestor (DDE, CGE)
- Ano de atuação no Proeja: _____
- Participou de alguma discussão sobre elaboração do PPC do Proeja?
() Sim () Não
- Participou de discussões sobre implantação do Proeja? () Sim () Não

Questões para a entrevista:

- 1- Sabendo da necessidade de oferta do Proeja pelos IFs, o que você me diz sobre: Por que, para quê e para quem o Proeja?
- 2- Como você define o Proeja?
- 3-Você vê relevância em oferecer Proeja? Justifique.
- 4- Qual o perfil do público-alvo do Proeja? Justifique.
- 5- Quais foram os motivos que levaram seu Campus a não oferecer o Proeja?
- 6- Existe uma coordenação específica para o EJA - EPT no Campus?
- 7- No seu ponto de vista, por que o Campus ainda não cumpriu a legislação vigente que trata da obrigatoriedade de 10% do total das vagas de ingresso para a EJA-EPT?
- 8- Qual a sua compreensão sobre a relação trabalho e educação? O Proeja tem a ver com essa relação?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA CAMPUS CAMBORIÚ

Identificação do entrevistado:

- Função do Entrevistado no Proeja: () Professor () Gestor (DDE, CGE)
- Ano de atuação no Proeja: _____
- Participou da elaboração do PPC do Proeja? () Sim () Não
- Participou da implantação do Proeja? () Sim () Não

Questões para a entrevista:

- 1- Sabendo da necessidade de oferta do Proeja pelos IFs, o que você me diz sobre: Por que, para quê e para quem o Proeja?
- 2- Você percebe a relação educação e trabalho? Quais são essas relações?
- 3- Como você define o Proeja?
- 4- Você vê relevância em oferecer Proeja? Justifique.
- 5- Qual o perfil do público-alvo do Proeja? Justifique.
- 6- Quais os cursos ofertados para o Proeja atualmente no seu Campus?
- 7- A comunicação acontece quando há dialogicidade. Como aconteceu a divulgação do Curso Proeja no seu Campus? Houve uma real comunicação com o público alvo?
- 8- Os cursos ofertados pelo Proeja estão de acordo com a realidade ou expectativa do público alvo? Fale sobre.
- 9- Como é feita a divulgação do curso para o público alvo?
- 10- Qual a forma de ingresso atualmente?
- 11- Existe atendimento diferenciado ao público do EJA - EPT? Como acontece a discussão no seu campus sobre a implantação do Proeja?
- 12- Os docentes se envolveram e/ou se mobilizaram pela criação dos cursos Proeja? De que maneira?
- 13- Discorra sobre a relevância em ofertar o Proeja?
- 14- Você mudaria a estrutura ou a qualificação do curso no seu Campus? Discorra sobre.
- 15- Considerando que para o eventual ingresso no Proeja, o aluno tem que ter o ensino fundamental completo, foi verificado junto a secretaria de educação do município ou do Estado, a oferta da modalidade EJA e eventual possibilidade de parceria?
- 16- Foi avaliado para a implantação do curso, as peculiaridades da região do Campus (indústria, comércio, agropecuária, tecnologia, administração etc.)? Como vislumbra essa avaliação?

17- No seu ponto de vista, o que levaria o público da EJA (ensino fundamental) a continuar estudando na modalidade EJA – EPT (Proeja)?

18- Qual a sua compreensão sobre a relação trabalho e educação? O Proeja tem a ver com essa relação?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA EGRESSOS PROEJA

Identificação do entrevistado:

- Idade ()

- Masculino () Feminino ()

Questões para os discentes do Proeja:

1 - Como você soube do Proeja?

2 - Por que você procurou o Proeja?

3 - O acesso para a inscrição do curso foi de maneira simples?

4 - Você foi bem recebido pelos professores? Discorra sobre

5 - O curso que você participou atendeu suas expectativas? Faça sugestões.

6 - Para você, os horários das aulas são adequados? Quais são as sugestões para que os horários atendam às necessidades dos alunos da EJA?

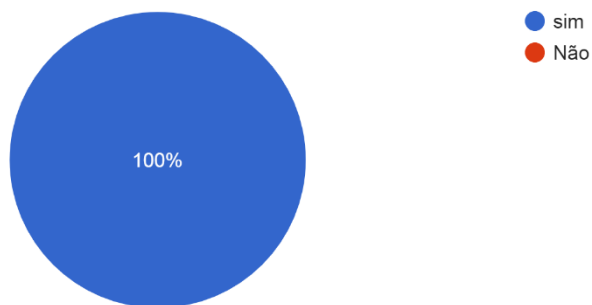
7 - É interessante para você ter aulas EAD? Por quê?

8 - Você pensa em continuar os estudos após o término do curso? Fale sobre isso.

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

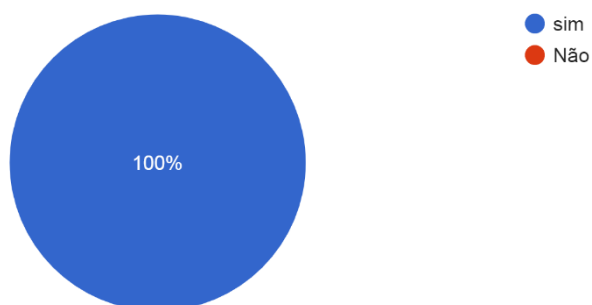
1) A História em quadrinhos (HQ) demonstra a realidade que perpassam os discentes do PROEJA (EJA-EPT)?

9 respostas



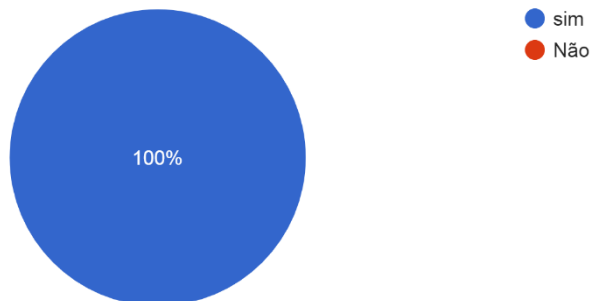
2) A HQ ajuda na publicização do Instituto Federal Catarinense e seus Campi?

9 respostas



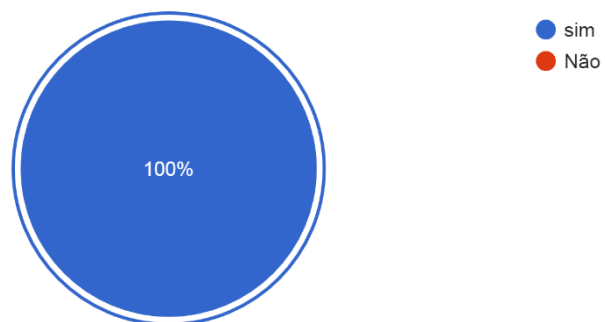
3) O conteúdo da HQ auxilia nas dúvidas frequentes do público alvo referente ao ingresso do cursos na modalidade jovens e adultos PROEJA (EJA-EPT)?

9 respostas



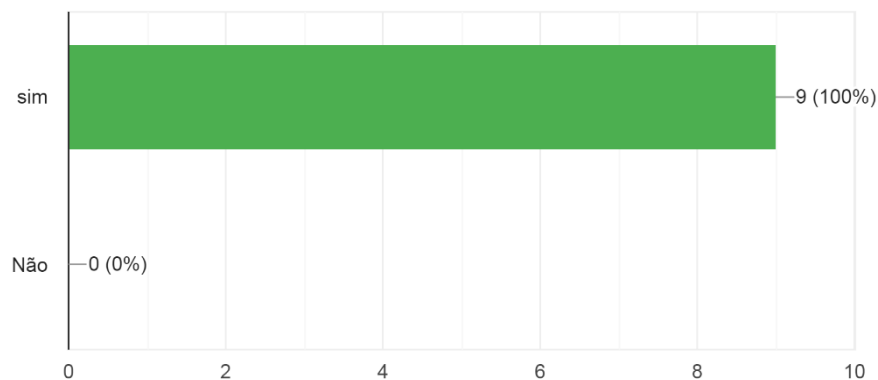
4) Os links inseridos na HQ auxiliam o público alvo?

9 respostas



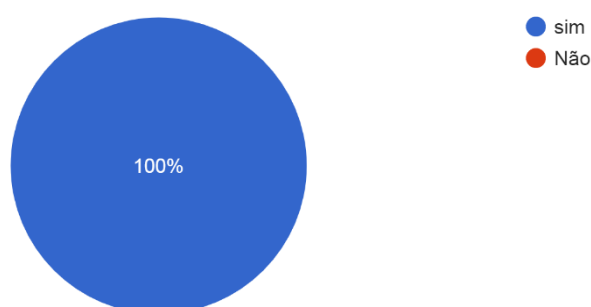
5) A HQ instiga a curiosidade pela leitura da história, é acolhedora, de fácil assimilação e compreensão?

9 respostas



6) O conteúdo da HQ incentiva o público alvo a voltar e/ou continuar os estudos?

9 respostas



7) Deixe seu comentário, sugestões ou críticas em relação a História em quadrinhos- Produto Educacional do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica- ProfEPT.

Parabéns pelo trabalho. Espero que a HQ seja incorporada pela instituição.

O formato apresentado me lembra mais um livro do que uma história em quadrinhos dado o tamanho do texto inserido. Parabenizo pela iniciativa!

Bom conteúdo! Atende ao que se propõe ao público a que se destina.

Bom na minha época seria mais relevante fazer mais propagandas do proeja fazer visitas nas escolas e realmente divulgar mais o proeja, eu só descobri por um amigo vereador que postou no Facebook. Mas acredito que se pode melhorar mais e mais pq o ifc tem autonomia pra isso e suporte para mais divulgação.

Muito boa A HQ. Retrata com detalhes a realidade vivenciada pela maioria dos alunos da EJA, onde o trabalho é o fator motivador do desejo do retorno aos estudos e ao mesmo tempo a principal causa da desistência. Muito importante a inclusão da personagem da prof mediadora e sua função no processo de permanência e êxito do aluno. Gostei muito.

Retrata a realidade e dificuldade do público alvo da EJA!

É sempre mais lúdico do que uma escrita normal. Eu amo HQ

O material da HQ é muito interessante e com certeza vai incentivar pessoas a buscarem retomar os estudos e se profissionalizar. Fui participante do Proeja e recomendo e não me arrependo dos esforços que tive que fazer para ter o diploma de técnico em mãos!

Bom referente a história em quadrinhos foi bom pensar que isso de fato acontece na vida de muitos jovens e adultos mães dona de lares que trabalha para ajudar em casa financeiramente e tem que se dedicar a rotina árdua para conquistar o sonhado diploma me vi nesta história bem certo isso.

APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) participante,

Convido você, discente e/ou lotado no *Campus* Blumenau, no *Campus* Rio do Sul, *Campus* Santa Rosa do Sul, *Campus* Camboriú, a participar como voluntário (a) da pesquisa “**Cenários e bastidores da implantação do Proeja no Instituto Federal Catarinense**”, realizada para o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), sob orientação da Professora *Doutora Fátima Peres Zago de Oliveira*. Por meio desta Pesquisa pretendo investigar e analisar os motivos que levam o IFC não atingir os índices de matrícula em EJA preconizados pela legislação vigente.

A sua participação é como sujeito participante da pesquisa qualitativa, que envolve servidor com a função de direção, DDE, professor e/ou coordenador do curso do Proeja e/ou aluno egresso do Proeja nos anos de 2008 a 2019.

Ressaltamos aos participantes, os benefícios relacionados à realização da pesquisa é entender a realidade da demanda dos cursos Proeja ofertados pelo IFC, melhorar a dinâmica do processo de ingresso, de oferta e de execução e, otimizar os resultados para a educação de jovens e adultos nos 15 *Campi* do Instituto Federal Catarinense.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, será realizada uma entrevista semiestruturada acerca do tema e será gravada em áudio para posteriormente ser transcrita e analisada pela autora da pesquisa.

Esta pesquisa possui alguns riscos, como: tomar seu tempo ao responder à entrevista; cansaço ou aborrecimento ao responder as perguntas; divulgação de dados, porém sem identificação do entrevistado (registrados no TCLE). A pesquisadora será a única a ter acesso aos dados e tomarão todas as providências para manter o sigilo. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Apesar de todos os esforços, o sigilo pode eventualmente ser quebrado de maneira involuntária e não intencional, cujas consequências serão tratadas nos termos da lei.

Para diminuir a chance dos riscos acontecerem, serão tomadas as seguintes providências: garantia de acesso aos resultados individuais e coletivos; a total liberdade para não responder às perguntas; o esforço para realizar a entrevista o mais brevemente possível; a garantia de que a pesquisadora seja habilitada quanto ao método de coleta dos dados, como a devida atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto ou insegurança nas respostas; assegura-se o direito à negar a utilização de gravadores; assegura-se a privacidade, uma vez que os participantes não serão identificados; será garantida a não violação e a integridade dos

documentos (danos físicos, cópias, rasuras) assim como o respeito aos valores sociais, morais, e éticos do participante; caso haja aos participantes danos decorrentes da pesquisa e despesas, será garantido ao participante indenização pelo dano nos termos da Lei, bem como o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Ainda, para participar deste estudo você não terá nenhum custo tampouco receberá qualquer vantagem financeira e poderá solicitar as informações sobre o mesmo, a qualquer tempo.

Os resultados da pesquisa serão publicados na forma de artigo e servirão de base na elaboração de produto educacional como requisito para conclusão do mestrado. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você.

Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, ela avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a normativa vigente. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação e utilizando as informações somente para os fins acadêmico-científicos.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade.

Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos fornecidos pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo.

Dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável:

Karin Tyeko Anami.

Contato: e-mail: tyekoanami@gmail.com;

Telefone: (47) 99113-0569;

Endereço: R. Copacabana, 285, Nova Esperança - Blumenau/SC.

Em caso de dúvida quanto à condução ética deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFC: - Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Declaro que li este documento e obtive da pesquisadora todas as informações necessárias para me sentir esclarecido(a) e optar por livre e espontânea vontade a participar desta pesquisa.

Karin Tyeko Anami

Pesquisadora:

Dra Fátima Perez Zago de Oliveira

Orientadora

Assinatura do participante

Nome:

_____, _____ de _____.



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**Dos cenários aos bastidores da EJA-EPT: uma história de
resiliências, (re)começos e ressignificações.**

Roteiro: Karin Tyeko Anami

Orientadora: Prof^ª. Dra. Fátima Peres Zago de Oliveira

Blumenau – SC

Maio 2021

Arte e arte-final: Izaías Marques de Paula (Zazá)
e-mail: izaiasmarquesp@gmail.com

A533d

Anami, Karin Tyeko.

Dos cenários aos bastidores da EJA-EPT: uma história de resiliências, (re)começos e ressignificações.
/ Karin Tyeko Anami. - Blumenau, 2021.

15 p.: il.

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto
Federal Catarinense, Blumenau, 2021.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fátima Peres Zago de Oliveira

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. PROEJA. 3. Inclusão. 4. Permanência. 5. História em
quadrinhos. I. Oliveira, Fátima Peres Zago de. II. Instituto Federal Catarinense. III. Título.

CDD 374

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Shyrlei K. Jagielski Benkendorf – CRB 14/662



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 20589/2021 - CCPGEPT (11.01.09.31)

N° do Protocolo: 23473.001988/2021-04

Blumenau-SC, 01 de outubro de 2021.

KARIN TYECO ANAMI

**HQ - HISTÓRIA EM QUADRINHOS : DOS CENÁRIOS AOS BASTIDORES DA EJA-EPT:
UMA HISTÓRIA DE RESILIÊNCIAS, (RE)COMEÇOS E RESSIGNIFICAÇÕES**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 01 de outubro de 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Drª Fátima Perez Zago de Oliveira

Instituto Federal Catarinense

Orientadora

Prof. Dr. Davi Silva da Costa

Instituto Federal Baiano

Profª. Drª. Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Instituto Federal Catarinense

(Assinado digitalmente em 04/10/2021 13:48)

FATIMA PERES ZAGO DE OLIVEIRA

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PRO/REIT (11.01.18.00.29)

Matricula: 1102088

(Assinado digitalmente em 05/10/2021 08:37)

JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PRODIN/REI (11.01.18.74)

Matricula: 1811291

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **20589**, ano: **2021**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **01/10/2021** e o código de verificação: **6675a108e5**

Davi Silva da Costa

Dos cenários aos bastidores da EJA-EPT: uma história de resiliências, (re)começos e ressignificações.

Este Produto Educacional, conforme o documento de área da CAPES, se enquadra na categoria de material textual, em formato HQ- História em quadrinhos. Seu público alvo são os alunos da Educação de Jovens e Adultos- EJA-EPT do Instituto Federal Catarinense.

O objetivo primordial deste Produto Educacional é acolher, incentivar, e dirimir as dúvidas frequentes referente ao curso na modalidade EJA-EPT (PROEJA).

Seu roteiro foi inspirado em entrevistas com egressos do EJA-EPT (PROEJA) dos *Campi* em estudo, e está diretamente relacionado com trajetórias de vida, com enredo, personagens, cenas e cenários, como também seus bastidores.



ANTÔNIA
ADULTA

2014



ANTÔNIA
JOVEM

2014

HELENA



JOSÉ
DANIEL



PEDRO

2014

VIOLETA



2014



SERVIDOR
IFC
MARCOS

2014

Dos cenários aos bastidores da EJA-EPT: uma história de resiliências, (re)começos e ressignificações.

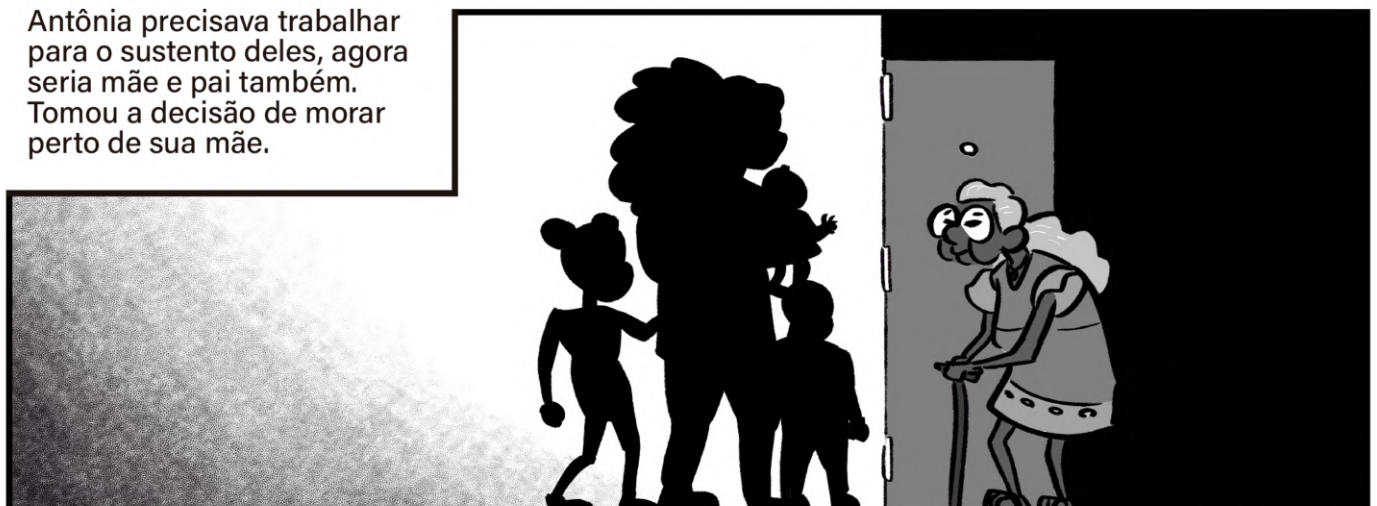
Caro leitor, apresento aqui a história de Antônia: mulher, esposa, mãe e trabalhadora. Nasceu e cresceu na lavoura. Sendo a filha mais velha de pais agricultores desde muito cedo precisou cuidar dos irmãos menores. O trabalho árduo significava o sustento da família e desse modo estudar ou frequentar a escola era quase impossível, mas Antônia gostava de estudar e com muito esforço terminou o ensino fundamental por meio da EJA (Educação de Jovens e Adultos) no Município onde morava.



Entretanto Antônia cresceu, e constituiu uma família. Mas o casamento de Antônia não estava bem e seu marido foi embora. Apesar das adversidades, Antônia juntou todas as suas forças para cuidar e criar os seus 3 filhos: Helena, de 10 anos, José Daniel com 5 anos, e o Pedro de 1 ano.



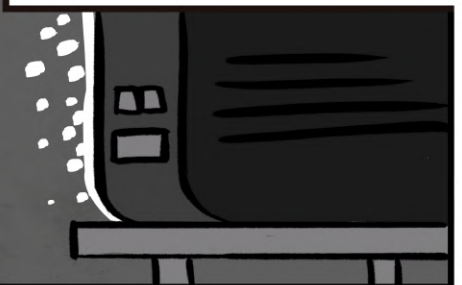
Antônia precisava trabalhar para o sustento deles, agora seria mãe e pai também. Tomou a decisão de morar perto de sua mãe.



Antônia então, conseguiu emprego em uma escola como ajudante de cozinha, à tarde trabalhava como diarista e a noite limpava uma clínica odontológica.



Seus filhos ficavam o dia inteiro na creche e à noite ela podia contar com a sua mãe para cuidar deles até voltar do trabalho.



Como toda mulher, Antônia trabalhava muito para que não faltasse nada aos seus filhos. Mas seu sonho era voltar a estudar e conseguir um emprego melhor e assim ficar mais tempo com seus filhos que tanto amava.



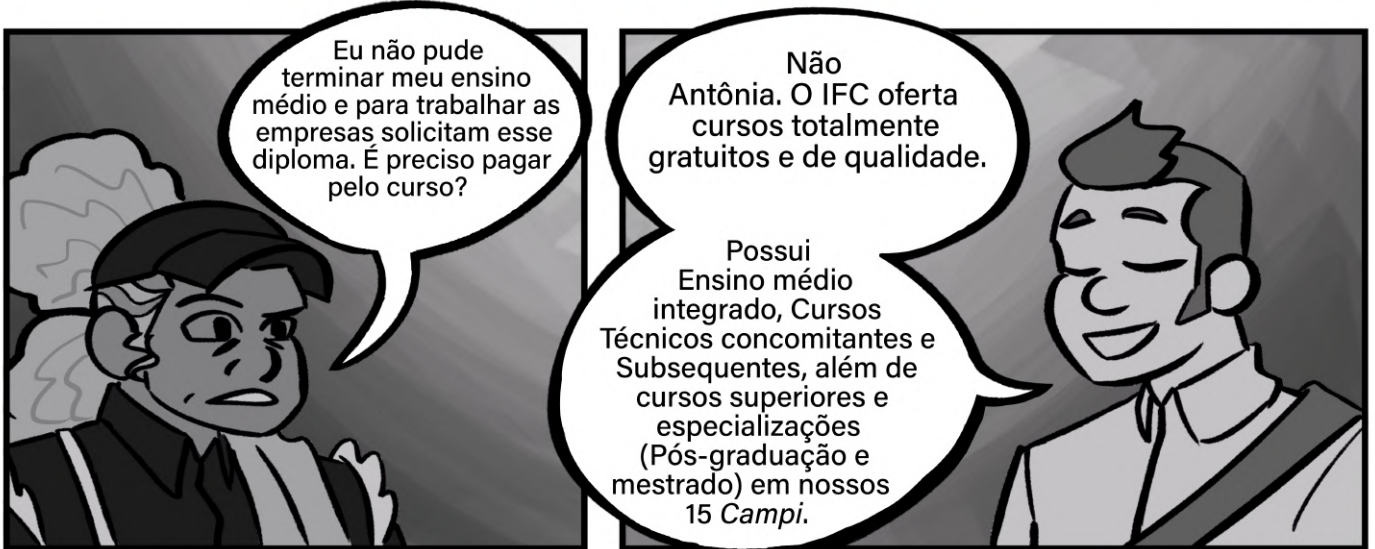
Em um dia trabalhando na clínica odontológica Antônia encontra um servidor do Instituto Federal Catarinense – IFC, deixando folders e panfletos sobre um curso para a Educação de Jovens e Adultos-EJA-EPT. Ficou muito interessada e puxou conversa.



Olá, meu nome é Marcos. Trabalho no Instituto Federal Catarinense-IFC. Esse curso é para a modalidade PROEJA (EJA-EPT). Um curso elaborado para jovens e adultos que não terminaram seus estudos em tempo hábil.

O curso engloba o ensino médio juntamente com uma qualificação profissional.

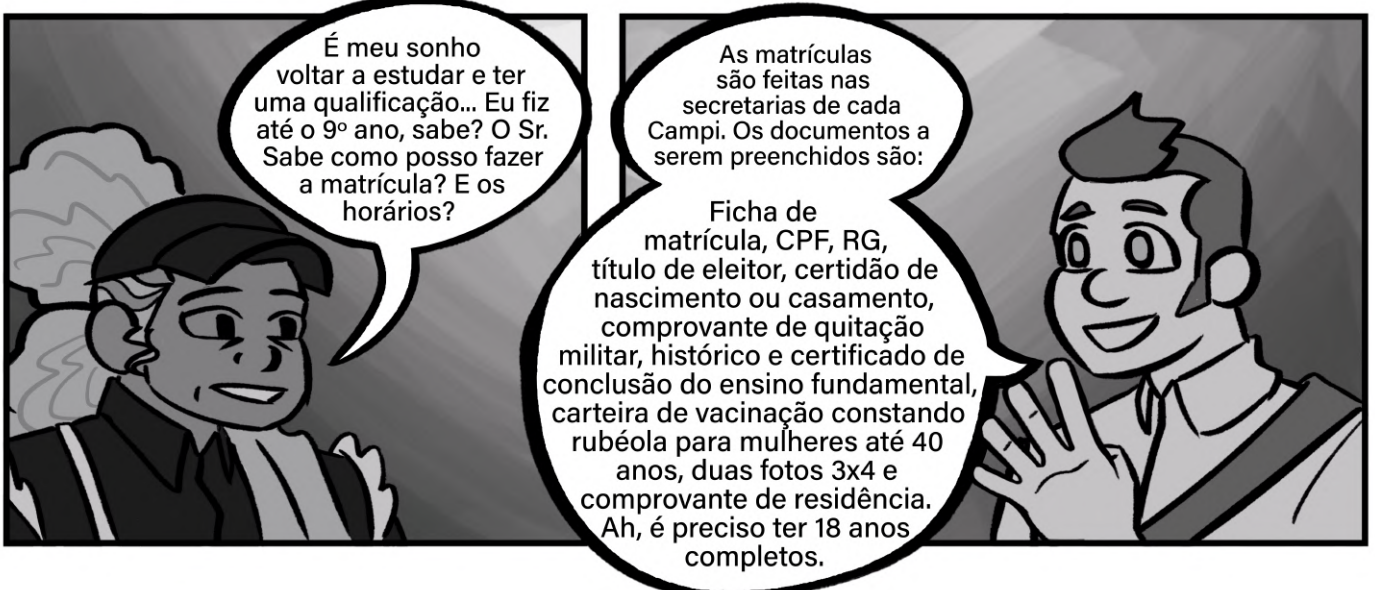
Aqui nesse link você encontra todas as informações sobre o nosso Instituto: <https://ifc.edu.br/> e aqui sobre o PROEJA: <https://ingresso.ifc.edu.br/category/proeja/>



Eu não pude terminar meu ensino médio e para trabalhar as empresas solicitam esse diploma. É preciso pagar pelo curso?

Não Antônia. O IFC oferta cursos totalmente gratuitos e de qualidade.

Possui Ensino médio integrado, Cursos Técnicos concomitantes e Subsequentes, além de cursos superiores e especializações (Pós-graduação e mestrado) em nossos 15 Campi.



É meu sonho voltar a estudar e ter uma qualificação... Eu fiz até o 9º ano, sabe? O Sr. Sabe como posso fazer a matrícula? E os horários?

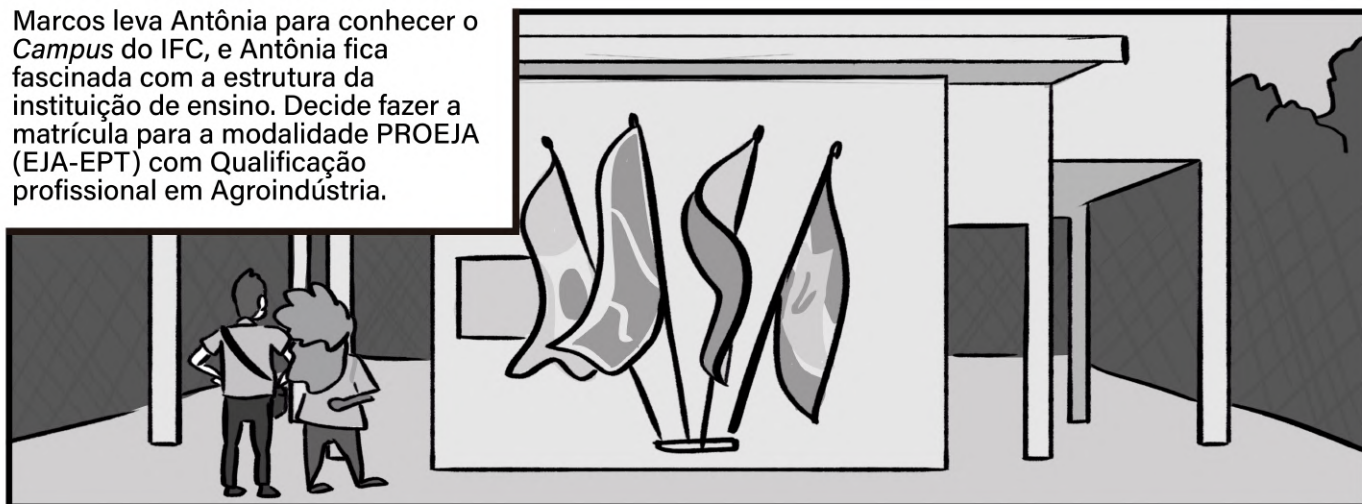
As matrículas são feitas nas secretarias de cada Campi. Os documentos a serem preenchidos são:

Ficha de matrícula, CPF, RG, título de eleitor, certidão de nascimento ou casamento, comprovante de quitação militar, histórico e certificado de conclusão do ensino fundamental, carteira de vacinação constando rubéola para mulheres até 40 anos, duas fotos 3x4 e comprovante de residência. Ah, é preciso ter 18 anos completos.

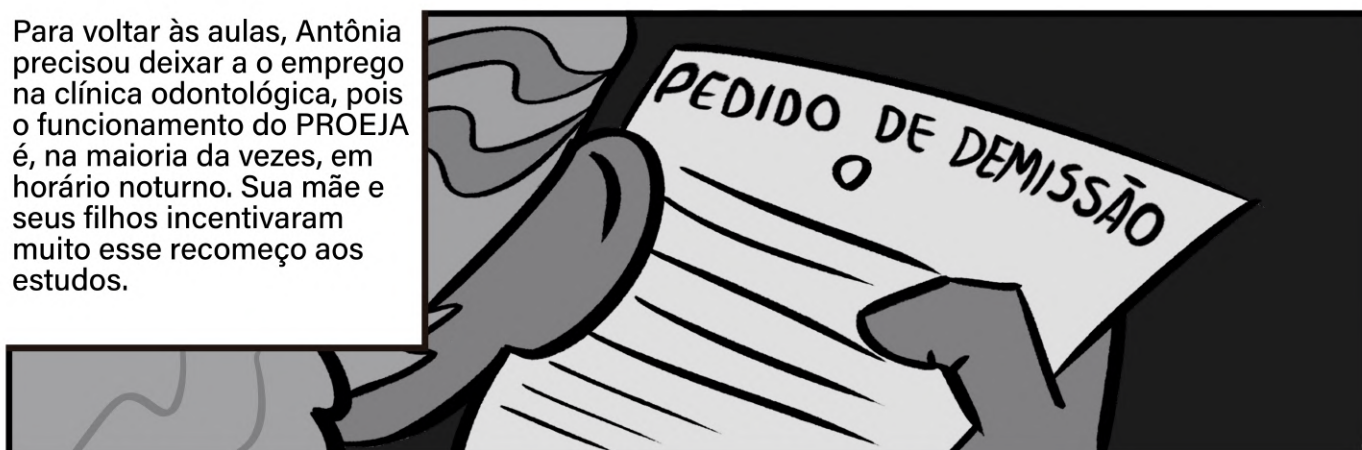
Qualquer dúvida você pode ligar para o Campus e conversar com o servidor. Os horários estão disponíveis no site <https://ifc.edu.br/nossos-campus/>



Marcos leva Antônia para conhecer o *Campus* do IFC, e Antônia fica fascinada com a estrutura da instituição de ensino. Decide fazer a matrícula para a modalidade PROEJA (EJA-EPT) com Qualificação profissional em Agroindústria.



Para voltar às aulas, Antônia precisou deixar o emprego na clínica odontológica, pois o funcionamento do PROEJA é, na maioria das vezes, em horário noturno. Sua mãe e seus filhos incentivaram muito esse recomeço aos estudos.



Sabemos porém que, voltar a estudar depois de um dia inteiro de trabalho, não é nada fácil. Contudo, Antônia queria muito conquistar esse sonho. Após voltar da aula, Antônia abraçava seus filhos (que já se encontravam dormindo) e mesmo cansada, organizava a casa e fazia uma comida para o dia seguinte. Antes de dormir, lia e revisava todo o conteúdo do aprendizado do dia.

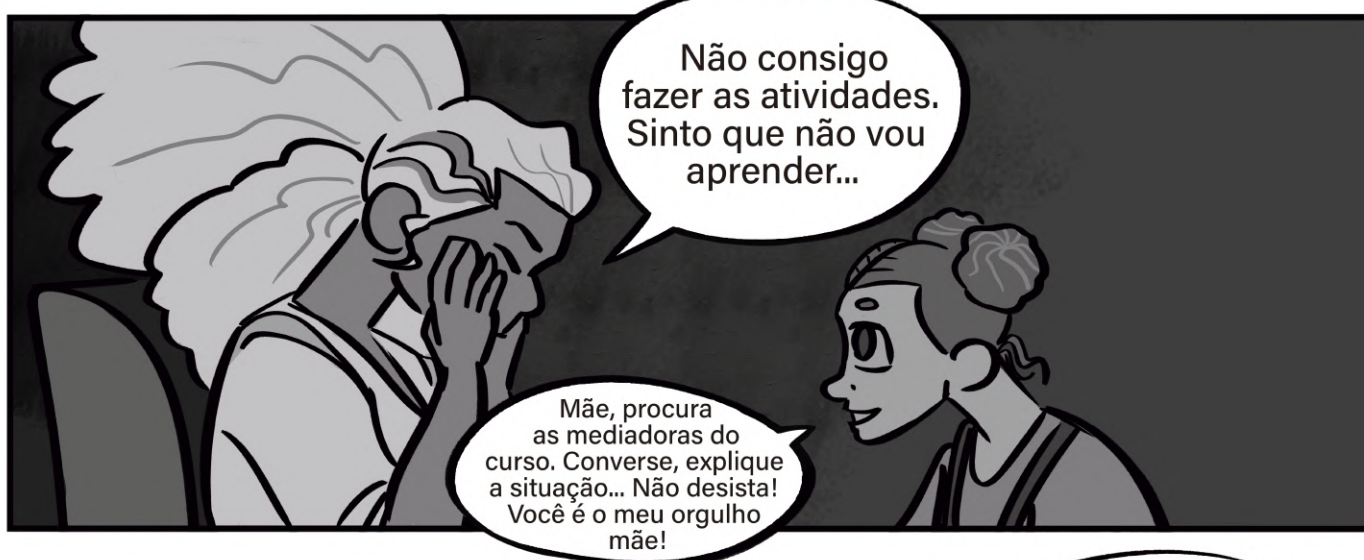
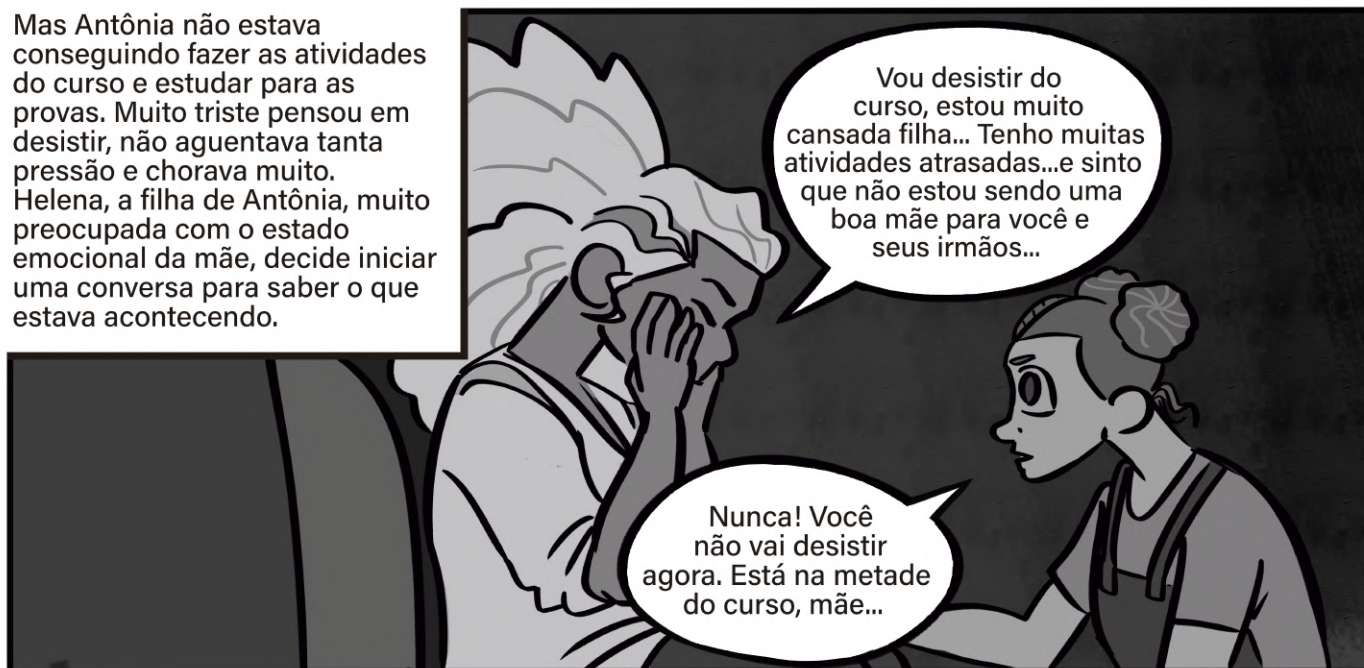


Antônia era muito esforçada nos estudos. Fez muitos amigos, adorava todos os professores e as aulas teóricas viravam práticas no laboratório da qualificação em Agroindústria.

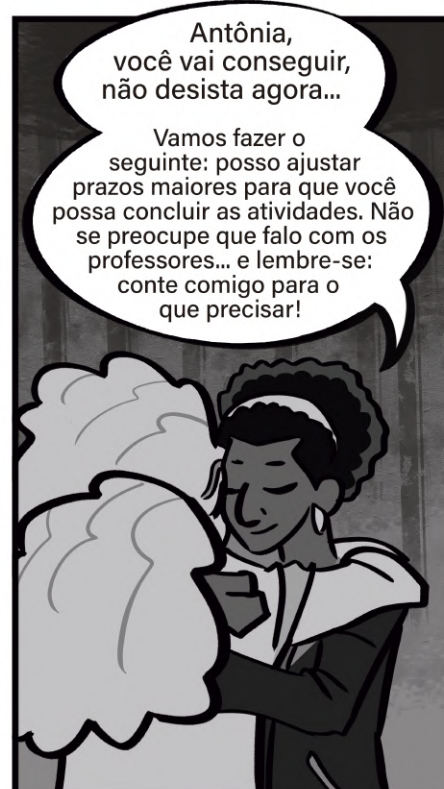
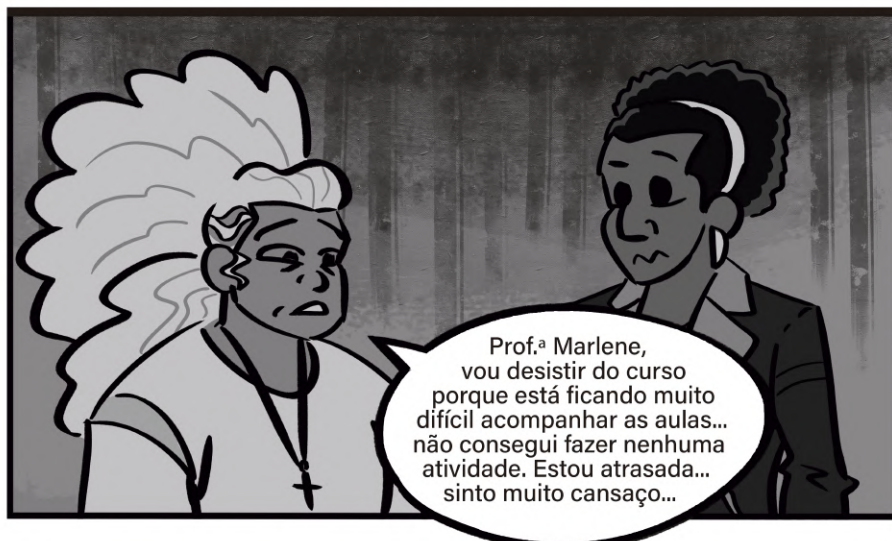


Depois de um dia tão cansativo de trabalho, estudar ampliava seus conhecimentos. Tornou-se mais reflexiva e crítica e gostava dos debates em sala de aula.

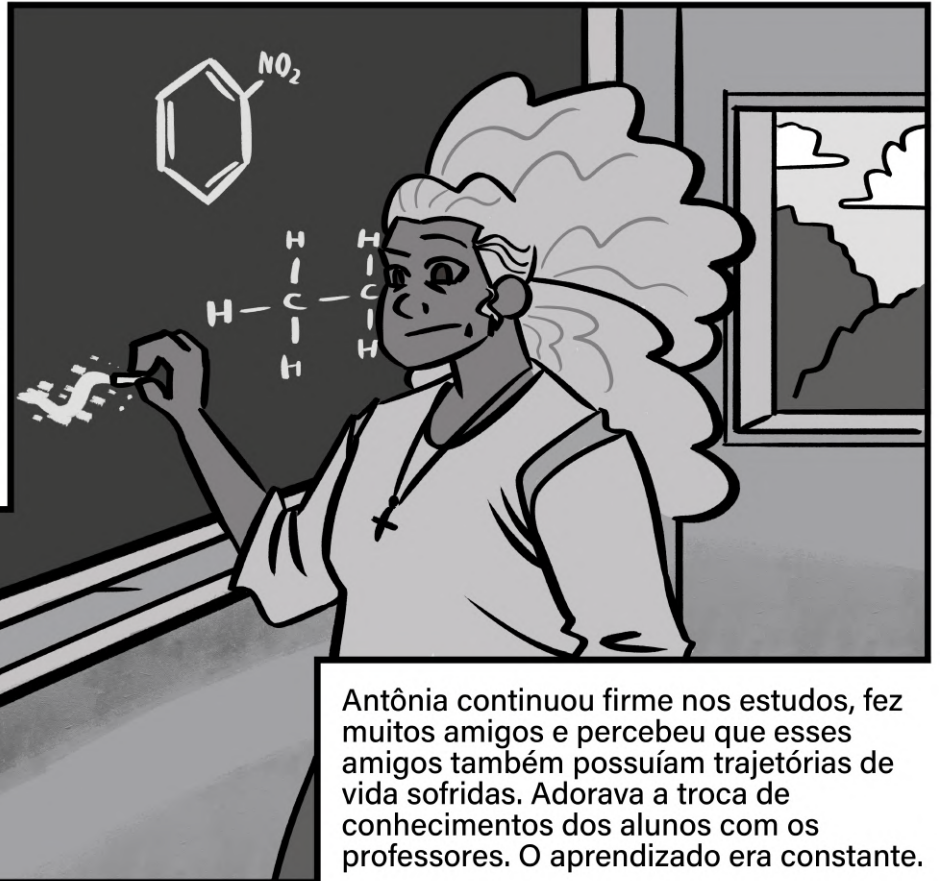
Mas Antônia não estava conseguindo fazer as atividades do curso e estudar para as provas. Muito triste pensou em desistir, não aguentava tanta pressão e chorava muito. Helena, a filha de Antônia, muito preocupada com o estado emocional da mãe, decide iniciar uma conversa para saber o que estava acontecendo.



Então, Antônia reuniu suas forças e foi conversar com a mediadora, a Prof.^a Marlene no *Campus* do IFC. O papel da Mediadora é intervir e ajudar, tanto o aluno como o professor. A mediação é o conteúdo e a forma de expressar os diferentes temas para a realização do ato educativo no horizonte da educação percebida como participação, criatividade, expressividade e racionalidade.



Antônia então, decidiu continuar no curso pelo apoio da mediadora e da família. Tem muitos sonhos pela frente, não pode desistir agora. Depois da conversa com a mediadora Prof.^a Marlene, Antônia ficou mais confiante, seu medo era fracassar novamente. Os Alunos da modalidade de jovens e adultos necessitam ter um olhar diferenciado quando o assunto é ensino e aprendizagem. Precisam de apoio e compreensão de todos.



Antônia continuou firme nos estudos, fez muitos amigos e percebeu que esses amigos também possuíam trajetórias de vida sofridas. Adorava a troca de conhecimentos dos alunos com os professores. O aprendizado era constante.

E quando percebeu já estava no último semestre. Logo aconteceria a tão esperada formatura. Um sonho realizado! Estava muito feliz por essa etapa vencida. Agora poderia fazer o ENEM ou vestibular e prosseguir em um curso superior! Queria muito fazer Pedagogia e se tornar professora...



Fim.